



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 02

Sessão Ordinária

da

Assembleia Municipal

realizada

em

28 de Fevereiro de 2026



Assembleia Municipal

ACTA N.º 2

-----Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de António Gonçalves Cardoso, sendo secretariado pelos Senhores Deputados Érica Geraldês Castanheira e Luís da Silva Moreira Gomes, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Segundo Secretário**, senhor deputado Luís Gomes, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----

-----António Gonçalves Cardoso, Rodrigo Fernando Gouveia Oliveira, Érica Geraldês Castanheira, Helena Cristina da Gama Dias, Luís da Silva Moreira Gomes, Guilherme Borges de Brito Correia, Christophe Rodrigues Coimbra, Ana Sofia Brás Antunes, Ana Beatriz Batista Seco, Rui Pedro Ferreira de Sousa de Matos, Adelino Antunes de Almeida, Patrícia Isabel Costa Cordeiro, Raul Agostinho Simões Martins, José Manuel Conde dos Santos, Maria José das Neves Fernandes Silva, Jorge Daniel Nunes Neves, Vítor Manuel Fernandes Almeida, Francisco Rafael Gonçalves Afonso, José Miguel Nunes Duarte Marques, Ivone Inês de Almeida Sousa Borges e Sandra Marisa dos Santos Duarte.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**-----

-----Presidente da Junta de Freguesia de Benfeita, José Gonçalves da Costa Pinheiro; Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Gomes Oliveira; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Vítor Manuel Rodrigues Pedroso; Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, António José Ventura Dias; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, Ana Margarida Fernandes Marques; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Bernardo Filipe Santos Figueiredo; Presidente da Junta de Freguesia de Secarias, António Souto de Carvalho; Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, Valter Francisco Lourenço Pacheco; Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, Paulo Jorge Fernandes Santos; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Paulo Jorge Travassos Batista; Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, João Manuel Borges Gonçalves e Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, Paulo Jorge Marques Amaral.-----

-----Também participaram o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Carreira Fonseca Costa, bem como a restante Vereação, respectivamente Rui Miguel da Silva, Paula Inês Moreira Dinis, Cristina Maria Almeida Jorge Figueiredo, Luís Miguel das Neves de Campos Almeida, José Miguel Morais Costa Nunes e Elisabete Simões Oliveira.-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o Primeiro Secretário, senhora deputada **Érica Castanheira**, para referir que “recebemos, da ANMP, envio do seu Boletim de 2025; do deputado municipal Rodrigo Oliveira, reiteração do pedido de documentação (Teatro Alves Coelho e análises ETAR Relvinha); da ANAM, novo pedido de adesão da AM de Arganil, à mesma; da ANAM, convite para conferência – Arquitectura do Poder Local; da empresa Impressões de Coimbra, apresentação de serviços; da CPCJ de Arganil, envio do Relatório Anual de 2025; do Partido Socialista de Arganil, pedido de documentação (Teatro Alves Coelho e análises ETAR Relvinha); da Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul, envio de Moção (em defesa dos agricultores...); da Assembleia Municipal da Lousã, manifestação de solidariedade com o concelho de Arganil, devido às consequências das sucessivas tempestades; da Liswater, Governance School, convite para frequência de curso (programa de gestão de serviços de água); da deputada municipal Sandra Duarte, pedido de informação/documentação – Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (documento anexo à acta); da deputada municipal Sandra Duarte, pedido de informação/documentação – política municipal de bem-estar animal no concelho de Arganil (documento anexo à acta); da deputada municipal Sandra Duarte, pedido de informação/documentação – IPSS-Centro Social Paroquial do Sarzedo (documento anexo à acta); da ANAM, convite para inscrição/participação na iniciativa ANAM em Rede (Assembleias Municipais Jovens); do deputado municipal José Conde, agradecimento pelo voto de pesar exarado pela AM, em Dezembro/2025; do deputado municipal Rui Pedro Matos, envio de questões e sugestões várias de assuntos estruturantes para o concelho (criação parque urbano Gândara-Sobreiral; classificação do concelho como zona de sinistro; segurança rodoviária; piscinas municipais; desporto; Teatro Alves Coelho) (documento anexo à acta; da Assembleia Municipal de Alijó, voto de solidariedade para com os Municípios afectados pelas tempestades “Kristin” e “Leonardo”; Votos de Boas Festas diversos”.-----

PERIODO DESTINADO AO PÚBLICO

-----Teve a palavra a Senhora **Mafalda Alvoeiro**, de Secarias para referir que “venho novamente a esta Assembleia reiterar as preocupações que um grupo de cidadãos por mim representado tem relativamente à saúde e ao bem-estar animal deste concelho. Na última Assembleia coloquei a questão ao Senhor Presidente, sobre a razão pela qual o município de Arganil ainda não implementou o programa sede, programa de captura, esterilização e devolução no nosso concelho, sem que tenha sido prestado qualquer esclarecimento até à presente data. Considerando a importância desse programa para o controlo das colónias de gatos errantes para a promoção do bem-estar animal e para a saúde pública, vimos por este meio voltar a repetir a questão, por que motivo não foi ainda implementado o programa sede no concelho de Arganil? Está o executivo municipal a ponderar a sua implementação? Relativamente ao apoio de 220.000,00€ do ICNF recebido por este executivo, para a Requalificação do Centro de Recolha Oficial de Animais de Arganil, aquele apoio que o Senhor Presidente referiu estar no Banco, que desenvolvimento teve? Quanto tempo mais teremos de esperar para ver o problema



Assembleia Municipal

solucionado? Existe algum prazo concreto para essa solução ser tomada? Como munícipes temos o direito e o dever de questionar este executivo da possibilidade de ter na sua posse um valor destes há mais de 2 anos, sem que seja tomada nenhuma decisão concreta. O dinheiro não foi concedido para estar no banco, foi dado para melhorar o bem-estar de diversos animais que até hoje continuam esquecidos e a aguardar uma solução de quem tem efectivamente esse dever.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Luís Filipe Alves**, de Cerdeira para referir que “na última reunião do mandato anterior, após as minhas declarações, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal teve uma reacção relâmpago ao ponto de me recordar os tempos da tropa, onde as reacções abruptas eram constantes e onde a liberdade de expressão era uma miragem. A roçar a indignidade, quando ainda me deslocava para o meu lugar, vociferou dúvidas sobre as mentiras do Senhor Presidente da Câmara ao longo do último mandato e sobre o empreiteiro do costume. Depois de já se ter preocupado com títulos, agora foi a vez da semântica. Devia era preocupar-se com a falta de diálogo do executivo e com a apropriação de parte de terrenos privados, os chamados roubos ou usurpações. Dito isto, é de conhecimento público que um actual deputado da Nação, quando era vereador da Câmara de Boticas, foi condenado pelo crime de abuso de poder, a pena de prisão remível por ter realizado uma obra pública em propriedade privada. Era o que poderia ter acontecido ao Senhor Presidente da Câmara, Vice-Presidente na altura, se tivesse havido uma denúncia quando invadiram a minha propriedade para lá construírem a ETAR da Cerdeira, sem nunca me terem contactado. Negar este facto, o que é senão uma mentira? Se ainda tem dúvidas, posso prová-lo com a escritura que aqui tenho assinada, quando as obras já estavam em fase de conclusão. Quanto ao processo judicial da estrada da discórdia, no qual o município foi condenado há mais de 5 anos, se ainda tem dúvidas porque ainda não leu o acórdão, posso enviar-lho por e-mail. A única dúvida que permanece, é se essa indemnização é liquidada ainda neste mandato. A propósito, numa comunicação de 3/02/2023, o Senhor Presidente da Câmara, pondo em causa a indemnização já efectuada pelo Senhor Vereador Rui Silva, quando presidia a esta Câmara, reafirmou a falsa argumentação já derrotada em Tribunal, de que a estrada da discórdia não tinha amputado lotes nenhuns, pois há várias décadas que já lá existia um caminho público. Indignado com o que li, redigiu uma segunda reclamação no livro de reclamações, onde desmenti as falsas declarações e o acusei de mentir. Na tentativa de me silenciar e, principalmente, para satisfazer o seu ego político junto dos seus comparsas, o Senhor Presidente da Câmara apresentou uma queixa-crime ao Ministério Público. De forma leviana, imputou uma prática de crime de ofensa ao organismo, serviço ou pessoa colectiva, equiparando-se já ao município, ou melhor, até já se confunde com a Câmara. Relembro que foi assim que começaram algumas ditaduras. Igualmente grave foi a argumentação com truncagens, ele falsificou a reclamação que apresentei com cortes deliberados, deturpando o seu conteúdo. Melindrou-se tanto com a palavra mentir e na queixa amputou dois parágrafos, um dos quais inteiro, com 24 palavras. Veio-me então à memória a utilização do lápis azul da ditadura, quando assisti ao vivo, os sensores obrigaram a cortes nos filmes e até à sua proibição total. No caso concreto, censurou tudo o que era explicação. Quando a ética e conseqüente credibilidade já estavam em valores mínimos, isto de truques é intolerável. Esta farsa só foi possível porque, apesar dos alertas, não houve a coragem para escrutinar certos factos, aumentando assim o



Assembleia Municipal

sentimento de impunidade. Tratando-se de um facto deplorável e susceptível de ser considerado crime, recorri ao DIAP para averiguarem a gravidade da alegada falsidade de testemunho. A fase de inquérito está em curso e, como já deve saber, ele até já foi interdito. Sobre as truncagens, sobre as mentiras proferidas, eu nunca disse nada. Sobre um despacho do Ministério Público, não do Tribunal e do qual só tomei conhecimento oficial passado 10 dias, ele, sem contraditório, divagou a seu belo prazer. Potenciando o seu comportamento narcisista, confessou ser significativamente magnânimo e que eu, ao não me retractar, tinha optado por não acatar esta magnanimidade concedida pelo Tribunal e, atenção, por ele próprio. Será que ele quis dizer que até me desculpava se eu pedisse desculpas pelas mentiras que ele proferiu? Ainda estou confuso. Quem não ficou confuso foi o Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra que na fase de instrução, se decidiu por um despacho de não pronúncia e pelo arquivamento dos autos. O já não arguido, que ousou, nem pediu desculpas ao autoproclamado senhor magnânimo, afinal, tinha razão. Espero que quando estiver a sós com o agora recém arguido, explique-lhe bem que nesta sociedade democrática e civilizada, o que é normal e educado é quem mente é que deve pedir desculpas. Para finalizar, sei que esta Assembleia Municipal não tem poderes efectivos de destituição, mas atendendo ao que aqui foi dito na presença da vereação, seria importante ouvir as diferentes sensibilidades e reagir simbolicamente, se for o caso, com uma Moção de censura autárquica. Terminei, mas quero ainda perguntar ao Senhor Presidente se ainda tem dúvidas, pois se tiver dúvidas, ainda tenho aqui as provas todas.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que “Senhor Luís Alves, a sua má educação é manifesta e foi em função da má educação com que se pronunciou da última vez que esteve nesta Assembleia, que eu chamei a atenção, não vociferei. Entendeu? É bom que meça as palavras e que seja educado e que tenha respeito por esta Assembleia.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Armando Ribeiro**, de Foz da Moura para dizer que “bom dia só para alguns. Eu estou aqui mais uma vez a falar sobre a minha aldeia. É uma pouca vergonha. Continuo a dizer que esta casa não tem, como é que lhe vamos chamar, desproteção? Só tem desproteção civil. Estou farto de me debater sobre uma casa que lá está em ruínas, que ocupa duas estradas, a estrada principal e o caminho de acesso à minha casa. Já lá foram os Bombeiros de Côja, já fizeram relatórios, estiveram lá dois funcionários daqui da Câmara, salvo erro, o Luís Almeida e um André qualquer coisa, salvo erro, e está tudo na mesma. Chamei lá à Câmara, a Junta, foram lá os indivíduos com um pau, empurraram algumas telhas para dentro. Enquanto não houver ali uma desgraça demasiado grande, ninguém toma providências nenhuma. Só quando existem coisas que não cabe na cabeça de ninguém, só de algumas pessoas, por exemplo, tínhamos um pinheiro, já falei dele, houve alguém que deu com a língua nos dentes, que o pinheiro estava em perigo para a área pública, e 48 horas depois estava lá uma empresa com três funcionários, a deitar o pinheiro abaixo, porque sabia que fui eu que o plantei lá. E a casa ninguém a vê quando aquilo é tão simples, uma máquina com a lança extensiva empurra para dentro e fica arrumado, e toda a gente passa à vontade. O pinheiro, em 48 horas botaram abaixo e gastaram-se lá centenas de euros na empresa e na pessoa que depois tirou todo o produto de lá para fora. Já agora, aproveitava que já



Assembleia Municipal

falei dela mais de uma vez aqui e temos ali dois indivíduos, dois Presidentes de Junta, o de Vila Cova e o do Barril, que todos os que estão aqui já passaram debaixo daquela sobreira, quando se desce da estrada para o Barril de Alva, enquanto lá não ficar alguém entalado, como há pouco tempo lá ficou uma camionete que ia daqui para cima, deu um porradão, torceu a carroçaria toda. A Câmara Municipal de Arganil, a Câmara não, quem a representa, que a Câmara não faz mal nenhum a ninguém, que eu já andei aqui todo nu dentro, quando ia à inspeção, em 69, ali daquele lado andei aqui todo nu. Era aqui que se faziam as inspeções e de maneira que é uma vergonha isto acontecer. A sobreira está lá, ainda agora lá passei e ela lá está à espera que alguém tenha um azar. Tenho a certeza que todos os que aqui estão já lá passaram. Há tantas coisas para dizer, agora temos lá um bocado na Foz da Moura que está a estrada a vagar, talvez uns 40 metros. Tão simples como saltar à corda, uma retroescavadora faz um buraco, abre um caboco que tem barreira a uns dois metros de largura, começa a fazer maciço lá em baixo e a estrada mantém-se. Mas para isso é preciso formar-se na universidade. Como eu me formei há 66 anos aqui em cima, no recinto da Feira, não é em Coimbra, é aqui em cima, no recinto da Feira, do lado direito há ali uma universidade, foi ali que me deram o meu diploma. Está a ver a ideia? Não é preciso ir para Coimbra nem para outros lados. E com mil ou dois mil euros resolvíamos esse problema, mas não, só quando a barreira cair, como aconteceu em Pomares e noutros lados, como por exemplo ainda há dias passei ali na Mata da Margaraça, está uma vergonha, era o chamariz dos turistas do nosso concelho de Arganil aqui há uns anos atrás, hoje é uma vergonha. A estrada esteve cortada em montes de lados, mas quem manda infelizmente não pode e quem pode não manda. Eu tenho aqui mais coisas, mas olhe tenho nojo de falar nelas, enquanto nós tivermos pessoas que cospem no prato onde comeram e continuam a comer. Senhor Cardoso fico-me por aqui, antes que eu diga muitas verdades e ninguém as quer ouvir. Só mais uma coisa, esta é dolorosa. Oh Senhor Cardoso, como o senhor sabe, estive cá na última Assembleia, e fiquei triste, muito triste, quando o Luís Gomes fez a chamada, passou a ficha para assinar o documento de presença e assim que assinaram, cinco elementos, já tinham ganho o dia, sabe como é que diz o outro? Puseram-se na alheta, para não dizer puseram-se nas putas, como se dizia antigamente. É lamentável, uma vergonha. Vêm para aqui ganhar o dinheiro que nós todos descontamos e eles assinam o papel, já cá está o graveto, foram-se embora. É uma vergonha.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **João António Silva**, de Vinhó para referir que “passaram seis meses e meio depois da desgraça do incêndio do deixa arder. Seis meses e meio que o Vale da Candosa foi pela segunda vez devorado pelas chamas e com ele a minha quinta. Desde esse dia a raiva e o desalento tomaram conta de mim. Tomei a decisão de encerrar o alojamento local que ali possuo desde 2015. Estava sem comunicações. Os postes arderam. Os fios ainda estão espalhados ao longo do que é suposto ser a estrada de acesso. Encerrei, por vergonha de mostrar aos meus hóspedes o que na realidade é o concelho de Arganil. Depois de Agosto, quando finalmente a natureza começava a regenerar-se, vieram os madeireiros, vandalizaram e destruíram tudo o que eram acessos, deixando espalhados os sobrantes dentro dos acessos, açorando valetas, destruindo-as com os rodados. Em frente ao portão da minha quinta está um montão de restos, a funcionar como um lindo cartão de visita. Cortaram, limpam e seccionaram a madeira e, por fim, carregaram e foram embora, perante a inação total da fiscalização da



Assembleia Municipal

Câmara, ou da Brigada Florestal da GNR. Depois disso, veio o único comboio que passou por Arganil, que foi o da Depressão, com chuvas torrenciais a transformarem as estradas em rios, abrindo crateras enormes que só com um todo-o-terreno se podiam transpor. Enquanto os contribuintes sofriam, onde andava o pessoal e as máquinas da Câmara? Andavam aos pares a restaurar caminhos agrícolas, sabe-se lá porquê. Por tudo isto deixo aqui três das quatro perguntas a esta douta Assembleia, as mesmas que o excelentíssimo Senhor Presidente da Edilidade não me respondeu e que são:-----

---1º - tencionam fazer alguma intervenção de fundo na estrada do Vale do Pão, em Vinhó?-----

---2º - para o asfaltamento da ligação Vinhó-Anseriz, percurso de cerca de 3 km e meio, em 2026 isto já não se admite, tem que se fazer 30 km ida e volta para se fazer a ligação de 10 km e meio se quisermos ir de carro, ou então vamos pelo tal caminho de cabras, que hoje já nem as cabras lá passam. É uma vergonha que o concelho ainda não tenha todas as suas localidades ligadas entre si por estradas alcatroadas.-----

---3º - que tenciona a Câmara fazer em relação aos sobrantes em frente à entrada da minha quinta e quanto tempo mais vou ter aquele espectáculo em frente à minha entrada? Devo lembrar a esta Assembleia que o caminho onde se encontram estes sobrantes é público e embora esteja inactivo, é da responsabilidade da Câmara e da Junta de Freguesia a sua limpeza. Mas todos sabemos que, tirando duas ou três freguesias deste concelho, as restantes não têm capacidade financeira, nem humana, nem maquinaria, para fazer essa tarefa. Caberá então à Câmara essa tarefa.-----

-----A minha revolta é hoje ainda maior, ao ver na página do Facebook as máquinas a repararem caminhos florestais lá no alto da serra do Piódão, enquanto cidadãos deste concelho que pagam os seus impostos se vêem aflitos para poder sair de casa, para irem para os seus empregos ou irem ao médico. Neste concelho não são as pessoas que estão primeiro, são as fotografias a mostrar que são bons e que estão a trabalhar. Mais valia estarem quietos em vez de andarem a esbanjar o dinheiro dos contribuintes. Termino agradecendo o tempo que vos tomo. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “tentarei então responder às questões que foram formuladas, começando aqui pela intervenção da Senhora Mafalda Alvoeiro. Sobre este assunto não posso deixar de dizer o seguinte, naquilo que tem a ver com o bem-estar animal e é importante ter isto presente, se é de bem-estar animal que estamos a falar, eu só posso dizer e comprovar e demonstrar que as práticas do município de Arganil são absolutamente exemplares. Basta ter em atenção e em consideração, desde logo que o distrito de Coimbra, como sabem, tem 17 concelhos, menos de metade tem Centro de Recolha Oficial. O município de Arganil é dos que o tem há mais tempo, prestamos um serviço de qualidade do ponto de vista do bem-estar animal e volto a dizer, se é disso que estamos a falar e eu às vezes tenho dúvidas que seja disso que estamos a falar, mas se é de bem-estar animal que estamos a falar, não recebemos lições porque temos noção e temos consciência que o trabalho que fazemos é um trabalho exemplar e sobre isto não há dúvida rigorosamente alguma. Portanto, queria deixar isto bem presente. Sobre a adesão ou sobre a estimulação desse programa sede, eu quero dizer também uma coisa, este programa ou esta iniciativa ou sede, como sabem, tem sido utilizada por alguns municípios que não têm capacidade ou que não têm a resposta de Centro de Recolha Oficial Animal ou que tem problemas no



Assembleia Municipal

território e que não tem forma de conseguir resolver e felizmente não é o nosso caso e, portanto, nós damos uma resposta da mais elevada qualidade, absolutamente competente. Cumprimos aquilo que são as nossas obrigações. Vamos muito além daquilo que são as nossas obrigações. Prestamos ainda por cima, colaboração, inclusivamente aos vizinhos do concelho de Góis, que estão também connosco neste processo. Portanto, sobre este assunto, e volto a sublinhar se é de bem-estar animal que estamos a falar, claramente não é razão para ser feito o apontamento que fazem e muito menos no tom e na forma que o colocam. Sobre a Requalificação do Centro de Recolha Oficial, quero também dizer aqui de uma forma muito clara, que nós, neste momento, estamos numa tentativa de entendimento que anteriormente era com o ICNF, mas as competências passaram recentemente para a DGAV, a Direção Geral Veterinária, e estamos neste momento num processo de tentar salvar a candidatura, face àquilo que são os pressupostos que estão na abordagem de alguns técnicos da DGAV, que entendem que para a candidatura poder ser considerada do ponto de vista de financiamento, implica uma demolição total daquilo que existe. Nós entendemos que há estruturas que não justificam uma demolição integral e, portanto, aquilo que estamos neste momento a fazer é a tentar encontrar um ponto de encontro, um ponto de diálogo relativamente a este processo, porque se chegarmos à conclusão que o entendimento da DGAV é aquele que vale, que implicaria demolir tudo para fazer igual novamente, nalguns casos, nomeadamente da zona das celas, nesse exercício em particular, aquilo que o município fará de uma forma muito natural, é devolver o dinheiro que está parado, que está cativado por conta deste projecto.-----

-----Sobre as intervenções do senhor Luís Alves e do senhor Armando Ribeiro, não faço qualquer tipo de comentário, entendo que há formas de respeito mínimo. Portanto, quando não existe respeito, não me merece qualquer tipo de comentário ou de intervenção ou de resposta.-----

-----Sobre a intervenção e as questões do senhor João Silva, dizer, como já disse na reunião de Câmara em que esteve presente, que sobre os madeireiros olhamos para aquilo que são as suas práticas exactamente da mesma maneira. Posso dizer-lhe, tal como disse na reunião de Câmara, que em alguns momentos podia ser muito útil assumir o papel de xerife do condado e, portanto, de poder ser o poder executivo de poder ser o poder judicial de poder ser o poder das forças de segurança. Podia ser muito útil, mas não era compatível com o Estado de Direito. Portanto, havendo este processo de separação de poderes, aquilo que lhe posso dizer é que nós temos vindo sistematicamente e de uma forma reiterada, a solicitar a colaboração, desde logo da GNR, que é a força policial e que pode ter uma intervenção mais activa nesta matéria. Infelizmente, aquilo que vemos, não é sequer um julgamento nem uma acusação, é uma constatação, aquilo que vemos é um processo de absoluta impunidade relativamente a práticas absolutamente selvagens, que não estão autorizadas, que não cumprem sequer aquilo que é a regulamentação municipal, do ponto de vista da comunicação prévia para a retirada das madeiras e vemos nalguns sítios, particularmente na zona a que se refere da freguesia de Vila Cova do Alva e Anseriz, vemos um conjunto de práticas que é mais ou menos uma espécie de uma caça de gato e rato, porque não temos instrumentos para defender de uma forma mais incisiva aquilo que são os interesses municipais. Ainda assim, dizer também que o assunto, para além de ter vindo a ser sistematicamente reportado à GNR com múltiplas solicitações de intervenção e de identificação dos sujeitos, das pessoas que andam a



Assembleia Municipal

fazer aquelas práticas, para além do mais, está também o assunto entregue ao advogado para, no fundo, recuperar ou tentar que o município seja ressarcido dos prejuízos que foram causados, reconhecendo eu que estas práticas selvagens têm consequências directas para a qualidade de vida das pessoas que objectivamente neste momento estão impedidas de circular com mínimas condições. Sobre depois os outros apontamentos que faz, eu disse-lhe de uma forma muito clara que a pavimentação da estrada entre Vinhó e Anseriz não é a nossa prioridade. Eu disse isso de uma forma muito clara na intervenção que fiz na reunião de Câmara e faço-o aqui também. Temos outras intervenções muito mais prioritárias, de sítios que neste momento não estão ainda sequer ligados por estrada pavimentada e, como reconheceu, existe uma ligação por estrada pavimentada entre Vinhó e Anseriz, portanto, não é de facto uma prioridade, não está naquilo que é o nosso programa. Sobre as intervenções às vezes também é importante este tipo de intervenções no fundo, para clarificar aquilo que resulta facilmente de se perceber as condições em que os trabalhos são feitos e refiro-me à questão das máquinas no alto da serra do Piódão e à circunstância de não andarem na zona de Vinhó. A questão é muito prática e muito objectiva. A zona da serra do Piódão, para além do facto de, do ponto de vista do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios implicar e obrigar a um conjunto de intervenções, é uma zona de xisto e onde é possível as máquinas trabalharem de uma forma normal. A zona de Vinhó, como sabem, é uma zona argilosa onde não é possível, pese embora até se tenham feito tentativas, não é possível as máquinas trabalharem porque há objectivamente um comportamento dos solos, face à água, completamente diferente e, portanto, é uma questão técnica. Não é uma questão de vontades, mas ainda bem que me dá também a oportunidade de poder explicar algo de importante nesta minha intervenção. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Sandra Duarte** para referir que “depois de termos ouvido a Senhora Mafalda Alvoeiro, e ainda sobre este tema, permito-me colocar três questões objectivas e factuais, precisamente para evitar respostas genéricas: 1ª, relativamente à Execução: Quantos animais foram efectivamente capturados, esterilizados e devolvidos no âmbito do Programa CED nos últimos dois anos? Peço número concreto. 2ª, relativamente às Verbas: As verbas atribuídas pelo ICNF ao Município foram já integralmente aplicadas na finalidade para que foram concedidas — sim ou não? 3ª, sobre a situação financeira: Na última Assembleia foi por si, Senhor Presidente da Câmara, afirmado que as verbas se encontravam em conta bancária do Município. Pergunto: essas verbas continuam em conta? Estão à ordem ou aplicadas a prazo? E, existindo aplicação financeira, que juros foram gerados e qual a sua afectação? Sendo questões factuais, agradeço resposta directa.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para referir que “quero lembrar que esse assunto que traz aqui agora faz parte do pedido que fez a esta Mesa e que foi enviado à Câmara, para resposta.”-----

-----A senhora deputada **Sandra Duarte** disse “Senhor Presidente, se verificar as questões que coloquei no pedido que fiz à Câmara, não são as mesmas que coloquei agora aqui. Muito obrigada.”-----



Assembleia Municipal

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que “inesperadamente fomos surpreendidos com a notícia: o Rui Dias faleceu! Convivemos, crescemos juntos, brincámos, falámos, seguimos caminhos diferentes, mas a amizade e o respeito esteve sempre presente. Discutíamos e tínhamos visões diferentes da sociedade, mas finda a discussão, a amizade sobrepunha-se, e tudo voltava ao normal. Assim foi na última intervenção que tivemos nesta Assembleia, em que no fim nos despedimos cordialmente e desejámos as boas festas. Foi uma perda intempestiva de uma personalidade honesta, activa e sempre sensível aos apelos daqueles que a ele recorriam na sua qualidade de médico e amigo.-----

-----Recordamo-lo aqui com muita saudade.-----
-----Neste momento, em que é viva a memória e perdurará no tempo, apresentamos sentidas condolências à família e propomos um voto de pesar e um minuto de silêncio em sua memória.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para referir que “nos últimos tempos, temos sido confrontados com perdas profundamente marcantes, que nos recordam, com dureza, a fragilidade da condição humana e a natureza efémera da vida. São momentos que nos obrigam a reflectir sobre aquilo que verdadeiramente importa e sobre o legado que cada um deixa na comunidade que serve.-----

-----O falecimento do Dr. Rui Dias apanhou-nos de surpresa. Nada fazia prever que, de um momento para o outro, nos estivéssemos a despedir de alguém que, ainda na última Assembleia Municipal de 2025, esteve entre nós, participando activamente nos trabalhos e convivendo com proximidade e amizade. A notícia do seu desaparecimento, no dia seguinte, foi recebida com incredulidade e profunda tristeza. Recorda-nos, de forma inequívoca, que cada minuto conta e que a vida deve ser vivida com sentido, entrega e humanidade.-----

-----Com raízes no Pisão, o Dr. Rui Dias manteve sempre uma ligação firme e genuína à sua terra. Serviu o concelho de Arganil com dedicação, elevação democrática e espírito crítico construtivo. Nas eleições autárquicas de 2025 foi candidato pelo Partido Socialista à Presidência da Assembleia Municipal de Arganil, assumindo esse desafio com a dignidade, o humanismo e a inteligência que sempre o caracterizaram. Como Deputado Municipal, desempenhou as suas funções com rigor, sentido de responsabilidade e profundo respeito institucional, sendo uma voz ponderada e amplamente respeitada.-----

-----Para além do seu contributo cívico e político, deixa um legado notável na área da medicina. Médico ortopedista conceituado nos Hospitais da Universidade de Coimbra, destacou-se pelo elevado rigor científico, pela competência técnica e, sobretudo, pela humanidade com que sempre exerceu a sua profissão. O seu percurso académico e profissional foi marcado pela excelência, mas também pela proximidade e empatia no contacto com os doentes e colegas.-----

-----A sua partida deixa um vazio profundo nesta Assembleia Municipal, no Partido Socialista e em todo o concelho de Arganil. Perdemos um homem íntegro, um cidadão empenhado, um profissional de excelência e alguém que soube honrar as suas origens e elevar o nome da nossa terra através do seu mérito e dedicação.-----



Assembleia Municipal

-----À sua família, amigos e colegas, dirigimos as mais sentidas condolências, partilhando a dor desta perda irreparável.-----

-----À bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal cabe-nos, agora, honrar a sua memória e o seu legado, prosseguindo o trabalho com o mesmo sentido de responsabilidade, elevação e compromisso com Arganil que sempre nortearam a sua ação.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Luís Gomes** para referir que “quero lembrar nesta Assembleia, um homem da serra, que faleceu recentemente e que foi uma figura relevante no seu território. Falo de António Ventura Braz. Era um cidadão exemplar, um lutador. E recordo o ano de 1975, o grande incêndio que causou vítimas mortais em Cepos e uma destruição de inúmeras casas, em que ele teve um papel importante, um papel activo na recuperação desse património. Também enquanto Presidente da Junta na década de 80, foi um lutador por melhoramentos da sua terra, da sua freguesia, particularmente um homem que muitas vezes dispunha dinheiro do seu bolso, adiantava dinheiro para que as obras se fizessem. São pessoas deste timbre que merecem também ser recordadas porque ele era um homem simples, mas um homem bom, um homem que deixou uma marca no território, no seu território, António Ventura Bráz. Quero deixar nesta Assembleia, em nome das pessoas que com ele trabalharam e lutaram, um voto de pesar.”-----

-----**A Assembleia Municipal exarou um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Rui Manuel Freitas Dias e do Sr. António Ventura Braz, e guardou um minuto de silêncio em memória de ambos.**-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **José Miguel Marques** para referir que “como é do conhecimento de todos, nas últimas semanas, o país — e com particular dureza a nossa Região Centro — foi fustigado por sucessivas tempestades. Os danos são avultados e os prejuízos, quer na esfera pública, quer ao nível de particulares e empresas, são ainda difíceis de contabilizar na sua totalidade.-----

-----No nosso concelho, e sem comparação possível com a tragédia que assolou a região de Leiria, os estragos são (ainda assim) evidentes. De facto, depois de termos sido castigados pelo drama dos incêndios no passado mês de Agosto, vimos agora o Alva e o Ceira a agigantarem-se e enfrentámos inúmeras quedas de árvores, inundações, deslizamentos de terras e derrocadas que condicionaram a nossa rede viária. A isto somaram-se as naturais e habituais falhas de energia e de comunicações que perturbaram e nalguns casos ainda perturbam o quotidiano das nossas gentes. A todos os que sofreram perdas, quero aproveitar para deixar uma palavra de profunda solidariedade.-----

-----Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados: é nosso dever reagir. Uma vez mais é hora de levantar os danos e reconstruir. Arganil já provou no passado que sabe erguer-se. Recordo a reconstrução exemplar após os incêndios de 2017, liderada pelo executivo do Dr. Luís Paulo Costa, cujo histórico nos permite encarar este novo desafio com confiança.-----

-----Da mesma forma, a nível central, registo com agrado que o Governo do Dr. Luís Montenegro compreendeu a dimensão da catástrofe e está a criar um plano de



Assembleia Municipal

recuperação do país. Mas todos sabemos que um PTRR sem verbas e sem coordenação é apenas papel. Nesse sentido, saúdo a escolha do Dr. Paulo Fernandes para liderar a estrutura de missão da Região Centro — uma escolha acertada e unânime para estruturar a resposta num território vasto, com 90 municípios atingidos por situações de calamidade. A inclusão de Arganil nesta lista é uma notícia positiva com a qual naturalmente nos congratulamos, tal como o é o alargamento dos apoios a todas as pessoas e empresas que consigam provar danos directos destas intempéries, independentemente da região do país considerada. Repito: mesmo que os danos aqui existentes em nada se comparem com os de outras regiões, é essencial que os mecanismos para obtenção de apoios sejam acelerados, mais a mais quando ironicamente a destruição e o rastilho deixado em biomassa combustível desordenada na nossa floresta nos coloca em situação de risco acrescido para o desenvolvimento de incêndios no Verão.-----

-----Posto isto, e centrando-nos na nossa realidade local, Senhor Presidente, Dr. Luís Paulo Costa, questiono directamente: o Município já concluiu o levantamento exaustivo dos danos provocados pelas tempestades do último mês no nosso concelho? É já possível transmitir a esta Assembleia uma estimativa da dimensão dos estragos causados, tanto no domínio público como no apoio que será necessário prestar aos particulares?-----

-----Termino desejando que Arganil, no seu jeito “cabeçudo” saiba converter uma vez mais as dificuldades em oportunidades, com o contributo e o empenho de todos, e preparar-se com firmeza e coragem para as intempéries e fenómenos naturais que mais tarde ou mais cedo hão-de aqui voltar. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer que “os fenómenos meteorológicos extremos dos últimos anos não deixam margem para dúvidas: as alterações climáticas chegaram e exigem de nós adaptação urgente, planeamento rigoroso e verdadeira resiliência local.-----

-----Quando a calamidade bate à porta, quem está na primeira linha não são os ministérios nem as estruturas centrais: são as Juntas de Freguesia, os Bombeiros, as associações, os voluntários e, claro, o próprio Município. Se são a primeira resposta, têm de estar preparados — e bem preparados.-----

-----Por isso pergunto: Em que fase se encontra a revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil? O documento em vigor data de 2016. Num contexto de riscos climáticos agravados, é defensável continuarmos a operar com um instrumento com quase dez anos?-----

-----Passando às tempestades recentes: Quais os danos concretos já levantados no concelho? Existe uma avaliação técnica consolidada, com estimativa financeira dos prejuízos? Agora que Arganil foi finalmente incluído na lista de concelhos afectados — graças, em grande parte, à insistência dos deputados do Partido Socialista eleitos por Coimbra —, quais são os apoios efectivamente previstos? Que montantes podem ser mobilizados? Que mecanismos concretos existem para ajudar populações e empresas?---

-----É imperativo que estradas, infra-estruturas básicas e zonas balneares estejam operacionais antes do verão. Qualquer atraso compromete o turismo e a economia local.--

-----E quanto aos incêndios de 2025, que ainda marcam fortemente o território:-----

-----Como se justifica que, passados tantos meses, a ligação entre Benfeita, a Fraga da Pena e a Mata da Margaraça continue degradada, perigosa e interdita ao público? Que



Assembleia Municipal

diligências concretas foram tomadas? Existe um calendário realista para a reposição da normalidade?-----

-----Por fim, uma questão de coerência estratégica que não posso deixar de colocar: Arganil marca presença na Bolsa de Turismo de Lisboa, que decorre precisamente agora. Promovemos a Fraga da Pena, a Mata da Margaraça e outros locais como destinos de excelência, mas na prática esses mesmos locais continuam fechados ou intransitáveis. Que mensagem estamos a enviar a quem nos visita ou quer visitar? Que resposta dá o Município a quem, depois de ver o convite na BTL, aparece na nossa porta e a encontra trancada?-----

-----Quando convidamos alguém, abrimos as portas — não as mantemos fechadas.-----

-----Senhor Presidente, a recuperação não pode arrastar-se indefinidamente. Cabe ao Município pressionar os organismos competentes, acompanhar de perto e agir com determinação para proteger os munícipes e defender o nosso território.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para referir que “antes de mais, quero associar-me aos votos de pesar aqui apresentados. É obvio que sentimos sempre quando Arganil perde, e perde pessoas competentes e dedicadas ao seu território.-----

-----Quero também felicitar o Francisco Afonso, pela tomada de posse como membro efectivo desta Assembleia.-----

-----Na passada sessão da Assembleia Municipal de Arganil foram aqui partilhadas intervenções por parte da nossa oposição, que com natural sentido democrático, respeito, mas que, com igualmente natural opinião pessoal, refuto por completo.-----

-----Discutir juventude e futuro de Arganil é talvez uma das tarefas mais nobres que esta Assembleia pode ter. Mas é também uma responsabilidade muito grande: quando falamos do nosso concelho em público, e nos dirigimos sobretudo aos mais novos, devemos escolher se queremos alimentar o desânimo ou reforçar a confiança. Eu prefiro, inequivocamente, a segunda via.-----

-----Nos últimos tempos tem-se insistido em construir a ideia de que Arganil “está mal”, que “não tem futuro”, que é quase um erro de percurso para quem é jovem, qualificado e ambicioso. Estranho, desde logo à partida, este discurso quando vem de quem é eleito local em Arganil. Curiosamente, é neste mesmo concelho supostamente condenado ao fracasso que os dados teimam em dizer o contrário. Num estudo recentemente divulgado pela Marktest sobre a qualidade de vida nos 308 municípios portugueses, Arganil surge no top nacional e em 3.º lugar entre os concelhos da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, tendo vindo a subir de forma consistente nos últimos anos. É, portanto, um caso curioso: quanto mais se repete que “Arganil está mal”, mais os indicadores objectivos insistem em classificá-lo entre os melhores da região. Poderia ter trazido um gráfico para o demonstrar.-----

-----Mas este desempenho não cai do céu, nem deriva de uma análise pessoal superficial. Resulta de uma combinação de factores muito concretos: investimento em ambiente e cultura, capacidade da rede social, baixos níveis de criminalidade, oferta de escolas e de serviços de saúde por habitante, entre outros indicadores avaliados. Para quem nos ouve de fora, isto tem um nome simples: qualidade de vida. Para quem aqui vive, tem outro ainda mais importante: dignidade no dia a dia.-----



Assembleia Municipal

-----Outro gráfico muito interessante seria o da política fiscal. Uma escolha demasiadas vezes esquecida, mas muito clara. Em 2026, Arganil volta a abdicar da totalidade dos 5% de participação no IRS, devolvendo cerca de 370 mil euros directamente às famílias do concelho, integrando um grupo restrito de pouco mais de quarenta municípios em todo o país que tomam esta opção. Entre 2021 e 2026, essa devolução acumulada rondará os 2 milhões de euros que ficaram no bolso dos arganilenses. Some-se a isto a taxa mínima de IMI, o IMI Familiar, a Derrama em 0% para as empresas e tarifas de serviços municipais particularmente contidas. Este dava um gráfico com barras bem pequenas quando comparado com outros municípios, da região ou fora dela.-----

-----Outro gráfico que também aqui ficaria muito bem seria o do prazo médio de pagamento praticado pelo Município de Arganil, por comparação com os prazos médios de pagamento praticados pelos municípios da região ou mesmo de fora dela.-----

-----Em paralelo, o concelho vive hoje um momento de capacidade de investimento sem precedentes. O orçamento municipal para 2026 é de mais de 50 milhões de euros, com investimento em execução que ultrapassa, neste momento, os 23 milhões de euros. Isto, todos os aqui presentes já sabem. Pode discutir-se muita coisa, mas não é sério falar de “inação” de um município que gere o maior orçamento da sua história, com dezenas de milhões de euros aplicados em habitação, recuperação do território, equipamentos e infra-estruturas que beneficiam, justamente, os jovens e as famílias que aqui estão e que aqui queremos fixar. Era mais um gráfico, talvez, e aqui podia ser bem grande.-----

-----Quanto à questão dos salários, vou ser prático. Disse-o na sessão passada da Assembleia Municipal – usando o termo que aqui parece adequado, é um tema que me é caro. Ninguém está satisfeito com os níveis salariais praticados no interior; nem os jovens, nem as famílias, nem as empresas, nem – imagino – qualquer dos membros desta Assembleia. Julgo que o Senhor Presidente, Dr. Luís Paulo Costa, concordará a 100% comigo. Mas fingir que a Câmara Municipal determina tabelas salariais do sector privado ou que, por decreto, pode aproximar os vencimentos de Arganil dos de concelhos com outra estrutura económica, totalmente diferente, é uma ficção conveniente. O que o Município pode fazer – e está a fazer – é criar condições fiscais favoráveis, investir em infra-estruturas, em qualidade de vida e em serviços, para que as empresas tenham razões para aqui se instalar, crescer e, conseqüentemente, pagar melhor. Aqui, o gráfico já foi apresentado, mas foi propositadamente selectivo.-----

-----Mas há mesmo um ponto em que vale a pena insistir: a forma como falamos de Arganil diante dos jovens. Dizer, da nossa própria terra, que não tem futuro, que é um desperdício de talento, que quem estuda mais está “a mais” por cá, é um direito de opinião, claro. Mas também é uma escolha. Uns escolhem usar a sua formação para elevar o concelho; outros, por vezes, parecem preferir usá-la para explicar porque é que Arganil é pequeno demais para tamanha qualificação. É uma tese interessante; não me parece é uma boa mensagem para quem pretende defender Arganil.-----

-----Eu, em vez de dizer aos nossos jovens que estão condenados se ficarem cá, prefiro dizer-lhes que nem tudo é perfeito por aqui, mas que vivem num dos concelhos com melhor qualidade de vida da região, que têm um município que, ao contrário de muitos, lhes devolve IRS, alivia IMI, apoia empresas e gere o maior volume de investimento público da sua história. E, ao mesmo tempo, explicar com verdade que nem tudo depende da autarquia, que há limites legais, orçamentais e estruturais e que, em Arganil como em



Assembleia Municipal

qualquer outro local do mundo, a sua dedicação e a sua capacidade de trabalho serão o factor mais determinante para o seu sucesso.-----

-----Não peço, em situação alguma, que a oposição seja menos firme. A democracia agradece uma oposição exigente. Peço apenas que, quando se falar de Arganil, não se esqueça de Arganil. Que não se sacrifique a imagem do concelho perante a necessidade de ter uma frase mais sonora ou um vídeo mais partilhável. Que não se confunda crítica com desvalorização permanente, nem combatividade com dramatização sistemática.-----

-----Da minha parte, enquanto deputado municipal, continuarei disponível para discutir medidas concretas para atrair investimento, melhorar oportunidades para os jovens e reforçar ainda mais a qualidade de vida no concelho. Mas não posso, nem quero, alinhar na narrativa de que vivemos num sítio sem futuro. Os factos desmentem essa ideia e, mais importante ainda, os arganilenses não merecem ouvi-la, repetida, dentro da sua própria casa.-----

-----Porque, no fim de tudo isto, assistem-me algumas perguntas, que me ajudariam a tirar alguns temas do vago, com base no que foi dito, gostaria de aqui deixar algumas questões:-----

-----Quando se fala em estar ao lado das empresas e em “apoiá-las”, além do que já é feito actualmente, falamos em quê, concretamente? Tornar o Município um banco de capital de risco? Ignorar a lei e injectar dinheiro dos contribuintes em empresas privadas? Ou vai o Município ser sócio em algumas empresas?-----

-----Quando falamos em melhorar salários em Arganil, falamos de quê se não da melhoria da qualificação do emprego? Distribuir cheques para compor os rendimentos familiares? Decretar um salário mínimo municipal? Talvez criar um reinado com jurisdição própria – não seríamos pioneiros na região.-----

-----Propõem fixar jovens qualificados em Arganil: de que forma, se não pela criação de emprego qualificado e pela melhoria da qualidade de vida? Empregando-os todos no Município?-----

-----Respostas concretas, financeiramente suportáveis e legalmente viáveis serão bem-vindas e, acreditem, até por mim elogiadas. Tudo o resto é querer criar uma cortina de nevoeiro para tapar o sol. Disse.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Helena Dias** para dizer que “a propósito da destruição da chaminé industrial em Arganil: em Arganil não precisamos de tempestades nem de calamidades, temos o executivo municipal do PSD que se encarrega sozinho de destruir o pouco património cultural do concelho que nos resta. Senão vejamos.-----

-----As recentes tempestades que afectaram várias zonas do país mostraram a vulnerabilidade de diferentes estruturas, com a queda de gruas, telhados e equipamentos. Em contraste, algumas chaminés industriais da mesma época da nossa, mantiveram-se estáveis, apesar das condições adversas.-----

-----Em Ílhavo, no espaço museológico da Vista Alegre, encontra-se preservada a chaminé do antigo forno — semelhante à que existia em Arganil e representativa da mesma técnica construtiva. Esta estrutura integra-se no percurso expositivo e é visitada por milhares de pessoas anualmente, contribuindo para a valorização do património industrial da região. Outros contextos, práticas e abordagens culturais.-----

-----Já em Arganil, o único Teatro que existe encontra-se num tal estado de degradação que já só espera uma tempestade, inominada, que justifique a falta de reabilitação,



Assembleia Municipal

enquanto a antiga chaminé que constituía um ícone da época industrial do nosso concelho, foi demolida por alegadamente colidir com a instalação de um heliporto, apesar de ambos os elementos coexistirem no projecto inicial apresentado publicamente no site do Município.-----

-----Uma de duas ou o projectista é completamente incompetente, ou o projecto foi encomendado para inglês ver, sendo que de seguida temos o deputado do PSD Vítor Almeida a declarar publicamente que o heliporto colidia com a chaminé. Não discuto, não sei, não faço ideia. Admito que sim.-----

-----A chaminé foi demolida não era essa a posição do Partido Socialista, mas o executivo tomou essa decisão e assumirá a responsabilidade por ela.-----

-----Esperamos ao menos que o heliporto, que é naturalmente bem-vindo não se transforme noutra Relvinha. De uma obra que já ronda os 7 milhões de euros exige-se transparência e clareza nos procedimentos.-----

-----Por último, gostaria de saber se o relatório de apuramento dos danos causados pelas tempestades no nosso território, já está pronto, de modo que possamos beneficiar da ajuda decorrente da declaração de calamidade pública atribuída ao concelho de Arganil, pela qual se bateu o partido socialista na Assembleia da República, e que foi já publicada em DR. O PS já fez o seu trabalho esperamos que este executivo lhe dê continuidade.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Ana Margarida Marques** Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, para referir que “em primeiro lugar, pergunto se confirma, porque só ontem é que fui alertada para isto, que temos que fazer até terça-feira os levantamentos dos danos que aconteceram na nossa freguesia, como podem imaginar quando soube desta notícia fiquei em pânico porque nós estamos a trabalhar meio tempo e é muito complicado gerir tudo.-----

-----Em segundo lugar agradecer muito à Senhora Vereadora Elizabete, porque nós continuamos sem comunicações. A situação é muito grave no alto concelho. Há 10 anos que cá estou e que tenho já uma relação pessoal com a ANACOM, porque de facto, isto é insustentável. E numa altura em que eu não sabia já como lidar com a situação, a senhora vereadora ligou-me e facilmente e rapidamente elaborámos um plano para o futuro, que é a partir do segundo, terceiro dia em que pelo menos as aldeias com pessoas mais idosas e sozinhas estejam sem comunicações, o CLDS entra, para fazer esse acompanhamento, porque no caso da minha freguesia foi mesmo perturbador tudo o que aconteceu e isto não tem nada que ver com a nova tecnologia e com problemas do primeiro mundo, tem que ver, de facto, que a televisão é uma companhia, ligar aos filhos ao final do dia é muito importante e nós temos que zelar pelo bem-estar mental dos nossos fregueses. E agradecer também porque em 10 minutos com o Senhor Presidente, percebemos que estamos em sintonia em relação às comunicações. Parece-me que é óbvio, já fizeram a proposta com a qual eu também concordo e sensibilizo também a todos os que estão nesta sala para reclamarem com a ANACOM, reclamarem com as respectivas operadoras, porque é insustentável o que se passa.-----

-----Também deixar aqui agora uma nota porque vocês vão-se habituar que eu sou uma pessoa muito sensível, relativamente à questão do bem-estar animal. Eu não venho levantar problemas, venho disponibilizar-me para soluções. Devido a ter tido uma cadela com muitos problemas comportamentais, tive que me tornar treinadora e tive que lidar com muitos canis e muitos problemas com cães e na minha freguesia há um problema



Assembleia Municipal

grave com o bem-estar animal. Sem falar em canil e como se processa tudo o que se passa no canil aqui em Arganil, para mim, o que me preocupa mais é, de facto, educar as pessoas para o bem-estar animal, porque eu acho mesmo que as pessoas não têm noção do que é o bem-estar animal. Nós continuamos com as serras cheias de laços para os javalis, onde os cães caem e não me adianta chamar o SEPNA, porque eu nunca vou descobrir quem é que colocou os laços. Mas se calhar, se começarmos um programa de sensibilização de bem-estar animal nas escolas, por exemplo, um programa de voluntariado com o CLDS, também com as escolas que possam ir ao canil. Há treinadores na zona, por exemplo, em Oliveira do Hospital faz-se isso, os treinadores vão avaliar cada cão para perceber se alguns podem ter uma melhoria comportamental ou para que tipo de família é que podem ir e, portanto, esse trabalho já é feito. Quer dizer, no Reino Unido isto já é obrigatório. E quando alguém vai adoptar um animal ter noção do que é adoptar um animal. Hoje em dia, termos um cão não serve para guardar um armazém com uma corrente. Enfim, se calhar sou eu que sou muito sensível, mas disponibilizo-me para o que for preciso, se for preciso reivindicar com o advogado ou quem quer que seja cá estarei, podem contar comigo. Eu desenhei um hotel para cães no ano passado, portanto, sei minimamente o que é que é necessário e estou disponível para o que for preciso e vou lançar na minha freguesia uma grande campanha, grande mesmo, de bem-estar animal em conjunto com os treinadores da minha cadela, que são de Oliveira do Hospital para pelo menos, as pessoas perceberem como é que se lida com um animal. Se os outros Presidentes da Junta de Freguesia também se quiserem juntar, são muito bem-vindos. Obrigada.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Guilherme Correia** para referir que “senhor deputado Christophe Coimbra, hoje, infelizmente, não teremos tempo para discutir essa questão, talvez na próxima Assembleia Municipal. Queria apenas dizer-lhe que infelizmente não está tudo bem. Se estivesse, não estávamos aqui a fazer nada, podíamos ir todos para casa. Hoje trago a esta Assembleia Municipal, duas questões relacionadas com as recentes calamidades que marcaram esse período e caracterizaram uma deficiente resposta por parte do nosso município. A primeira ocorreu na estrada nacional 342, importante via da zona do vale do Alva, ao longo do alto concelho, à entrada e saída da povoação de Vila Cova do Alva, verificaram-se acentuados riscos de derrocada, à semelhança daquilo que acontece, de resto, em múltiplas vias espalhadas um pouco por todo o nosso território. Apesar de algumas intervenções pontuais de sinalização, não se verificou ainda nenhuma intervenção estrutural que é urgente e necessária para a manutenção da regular circulação automóvel nesta via. Bem sei que sendo esta uma estrada nacional, está tutelada pela Infraestruturas de Portugal, mas quero perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se tem conhecimento de eventuais intervenções mais profundas que aí venham a ter lugar?-----

-----A segunda questão que trago é, do meu ponto de vista mais grave, refiro-me à situação inaceitável que teve lugar na Escola Secundária de Arganil, na semana em que se verificou maior precipitação. Não terei tempo de passar as imagens que pretendia, mas creio que todos sabemos aquilo que aconteceu. Ao longo desses dias verificaram-se, como fica patente nessas imagens, constantes ininterruptos alagamentos da zona do campo de futebol, onde estão instalados provisoriamente as salas de aula em funcionamento em contentores. Entre os dias 9 e 13 de Fevereiro, foram inúmeras as



Assembleia Municipal

exposições que recebi por parte de estudantes que relataram até três centímetros de água em todo o perímetro e a necessidade de se utilizarem galochas, o que mesmo numa escola com graves problemas, há já várias décadas, não deixa de ser inédito. Posto isto, quero perguntar ao senhor Presidente da Câmara se considera esta situação admissível. Que ações tomaram para a solucionar ou mitigar e porque se sujeitam os alunos a estas condições. A mim não me parecem condições de ter uma escola, um estabelecimento de ensino aberto ao público em pleno século 21, não pareceu uma escola europeia. Também não vou dizer, obviamente, que me pareceu uma escola africana porque não são países propriamente conhecidos por ter este tipo de fenómeno, portanto só podia mesmo ser uma escola em Arganil. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Sandra Duarte** para referir que “Senhor Presidente, antes de mais, quero que fique claro que não tenho nada de pessoal contra ninguém. Estou apenas a cumprir o meu dever como Deputada Municipal, no exercício da função de fiscalização que assumi perante esta Assembleia e perante a população.-----

-----Trago hoje a esta Assembleia um assunto que venho a alertar desde o final do ano passado.-----

-----Muito se tem falado sobre publicações minhas nas redes sociais.-----

-----Mas aqui não se trata de Facebook. Trata-se de interesse público.-----

-----Nas redes fala-se. Nesta Assembleia esclarece-se.-----

-----No âmbito da minha função de fiscalização, verifiquei que os estatutos do Centro Social Paroquial do Sarzedo estabelecem incompatibilidade entre funções na Direção e o exercício de cargos autárquicos.-----

-----Pergunto ao Senhor Deputado José Miguel Marques: Confirma que exerce funções na Direção daquela IPSS? Se sim, como compatibiliza essa função com os estatutos desde 2021?-----

-----Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara: Tem conhecimento desta situação? Considera-a conforme com os estatutos?-----

-----O PSD gosta - e bem - de falar em legalidade, rigor e responsabilidade pública. Por isso pergunto: essas exigências aplicam-se apenas aos outros, ou também aos próprios?-----

-----A legalidade não é selectiva. E não é opcional.-----

-----Solicitei formalmente esclarecimentos à Câmara Municipal. Até hoje, não obtive resposta.-----

-----No exercício das minhas funções tive acesso a elementos que suscitaram dúvidas relevantes. Não me competia avaliá-los tecnicamente. Por isso, remeti participação às entidades competentes para averiguação, no estrito cumprimento do dever e em boa-fé. Perante os elementos que me foram fornecidos, participei às entidades competentes, designadamente à Polícia Judiciária, ao Instituto da Segurança Social, à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, à Autoridade da Mobilidade e dos Transportes e ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes.-----

-----Não me escondo. Cumpri o dever que assumi quando prestei juramento nesta Assembleia.-----

-----Tenho igualmente conhecimento de uma queixa contra mim na GNR, apresentada pelo Reitor Lucas Pio, por estar a exercer as minhas funções. Recebo-a com serenidade porque quem actua de boa-fé não teme escrutínio.-----



Assembleia Municipal

-----Tive também acesso a comunicações trocadas entre o Senhor Reitor Lucas Pio e o Senhor Deputado José Miguel Marques. Não as lerei aqui por respeito às regras legais.---

-----Essas comunicações foram entregues à Polícia Judiciária e estarão, certamente, a ser apreciadas nos termos legais.-----

-----Estou convicta de que o Senhor Reitor, na qualidade de Presidente desta IPSS, prestará os esclarecimentos que as autoridades considerarem necessários, no âmbito das responsabilidades que lhe estão legalmente atribuídas.-----

-----A verdade não depende de versões. Depende de factos.-----

-----O que está em causa não sou eu.-----

-----Está em causa: O cumprimento dos estatutos; A transparência; O rigor na gestão; A conformidade da documentação contabilística; A coerência entre o que se diz e o que se faz; E demais obrigações legais.-----

-----Quando se fala em legalidade, ela começa em casa. Eu fiz perguntas. Solicitei informação. Remeti participação.-----

-----O resto não depende de mim. Depende dos factos. E os factos impõem-se. Muito obrigada.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **José Miguel Marques** para referir que “para defesa da minha honra e como direito a resposta à intervenção da senhora deputada Sandra Duarte, quero dizer o seguinte:-----

-----No passado dia 26 de Novembro, e enquanto deputada da bancada do Partido Socialista a Dr^a Sandra Duarte decidiu fazer-me um ataque pessoal. O meio que escolheu foi o seu brinquedo doentio preferido: uma rede social, que permite aqueles 5 minutos momentâneos de fama, à custa da polémica fácil sem contraditório, num exercício repetitivo que tem tanto de mórbido como de vulgar nos dias de hoje porquanto põe a nu tudo o que se vai vendo nestes meios – o ataque covarde travestido de coragem e a calúnia mesquinha disfarçada de denúncia destemida.-----

-----Isto não é só um ataque político. É também um ataque pessoal. Contra a minha honra e perpetrado por alguém que não me conhece. Nunca me foi apresentada nem sequer alguma vez trocou uma única palavra comigo. Não me interessa se o fez a pedido de A ou B. Quem assina é responsável e tem de ser responsabilizado pelo que escreve.---

-----A ideia era simples – sugerir que o “senhor vai a todas” (foi assim que eu fui baptizado pela senhora deputada) – repito: sugerir que o “senhor vai a todas” está em todo o lado – como se fosse um dos vampiros a que grande Zeca Afonso aludia na canção – um dos que “comem tudo... comem tudo... e não deixam nada”. Sou apresentado por isso como alguém que possui demasiados chapéus. Confrontado com tantos chapéus, cito por isso Vasco (não o Santana), mas o Pulido Valente, que escreveu há já cerca de 20 anos o seguinte: *“Os fait divers, a política do sound-byte, o soft-core, os peritos de coisíssima nenhuma não fazem parte da civilização em que nasci. Numa parte remota da minha cabeça, admito que devia aprovar a ignorância e a vulgaridade democrática. Infelizmente, não sou capaz. Desisto e leio.”* Foi o que optei por fazer, até ao dia de hoje.-----

-----Ainda assim, cara senhora deputada, com toda a humildade e indo ao conteúdo da sua acusação, permita-me parabenizá-la pelo seu trabalho de investigação: efectivamente conseguiu descobrir – sabe Deus como - uma alínea nos estatutos do Centro Social Paroquial do Sarzedo que eu próprio desconhecia. Aparentemente, e tal como expôs,



Assembleia Municipal

PODE (não é claro que assim seja) haver uma situação que me iniba de desempenhar o cargo de vogal da Direção da referida IPSS, e não o cargo de Deputado Municipal. Atenção, o problema que denunciou tem a ver com Centro Social e Paroquial do Sarzedo e não com o meu mandato nesta Assembleia Municipal. E como vê, não tenho qualquer problema em admitir tal situação.-----

-----Devo dizer, a bem da verdade que quando fui eleito para Assembleia Municipal no mandato anterior, já pertencia aos órgãos sociais, neste caso da Direção do Centro Social e Paroquial do Sarzedo e informei os membros da mesma acerca da minha situação de eleito como independente na lista do PSD na Assembleia Municipal quando tal sucedeu, refira-se, em 2021. Diga-se, também, e em abono da verdade, que em momento algum, tal condição me impediu de exercer o cargo na IPSS com rigor, liberdade e isenção.-----

-----Esclarecidos que estarão os factos, vamos então ao resto. Foi referido pela senhora deputada que a minha conduta “politicamente e moralmente cheira muito mal”. Primeiro, deixe-me que lhe diga que não faltarão nesta Assembleia e tantas assembleias várias pessoas em circunstância semelhante à minha. Algumas delas no seu partido, ou ex-partido... E não, não vejo qualquer “conflito de interesses” como escreveu. Em verdade, salvo melhor opinião, a alínea dos estatutos da IPSS Centro Social e Paroquial do Sarzedo será um tanto ou quanto insólita, e o problema também não estará nas pessoas que como eu se dedicam às instituições, talvez o problema do mau cheiro tenha a ver com o seu nariz e a sua vontade de encontrar esturro em todo o lado. Sobretudo nos outros. Sobretudo naqueles que considera seus adversários políticos.-----

-----Mas mais: a ser verdade que é jornalista de investigação, permita-me dizer-lhe, olhos nos olhos, que fez muito mal o seu trabalho. É que a senhora resolveu escrever sobre quem não conhece, e pior do que isso, nem se preocupou em perguntar a alguém que me conhecesse minimamente. Felizmente, sei, confio que Arganil me conhece. Não de há meio ano, não de posts nas redes sociais. A verdade é que não caí aqui de pára-quadras.-

-----Procure saber, vá vasculhar melhor a minha vida, particularmente os mais de 15 anos nesta vila onde decidi residir 7 dias por semana, 365 dias por ano. E pergunte por quem sou. Certamente que encontrará por aí muitos jovens a quem ajudei a formar, muitos outros a quem ensinei algumas notas de música, muitas pessoas e famílias de quem cuidei em momentos de dor ou dificuldade. Certamente que encontrará gente que lhe dirá que sempre procurei dedicar-me à sociedade e aos outros de forma íntegra, recta, leal, honesta e verdadeiramente desinteressada. Principalmente e nos últimos anos, no campo político, porque tenho muito respeito pela nobre missão de participação cívica e política.---

-----Com todo o respeito institucional, fique sua Ex^a sabendo, que o “senhor vai a todas” que ocupa o cargo de vogal da direção do Centro Social e Paroquial do Sarzedo, que pelos vistos é muito invejado, é sim, o senhor que vai a todas as Assembleias Municipais. Correção, no mandato anterior faltei apenas a uma AM por impossibilidade absoluta em trocar horário de trabalho, e para seu espanto, fique a saber que, ao longo dos quatro anos do mandato anterior (2021-2025) todos os valores que recebi no exercício destas funções políticas foram sendo transferidos para a Junta de Freguesia da minha residência, precisamente porque é assim que entendo a missão de me dar à sociedade. E desde já lamento, perante todos, ter de invocar tal situação. Devo esclarecer, portanto, que jamais invocaria esta prática que tenho para comigo mesmo, e que é apenas de minha inteira e livre decisão, para meu proveito próprio, antes ou depois de eleições.



Assembleia Municipal

Quem dá, dá sem esperar retorno. Agora, o que não posso permitir é que seja diminuída a minha honra precisamente por me dar à participação pública.-----

-----Senhor Presidente, caros colegas, senhores jornalistas, arganilenses: concedi oportunidade à Dr^a Sandra Duarte, a possibilidade de se remeter ao silêncio neste fórum. A mesma não se conteve. Repetiu o erro. Por isso, peço desculpa a todos por esta defesa de honra que, apesar de previamente preparada, não seria feita se as insinuações de que fui alvo não se repetissem. Sei perfeitamente que não são estes os pseudo-problemas que Arganil quer ver aqui debatidos, mas também sei que todos aqui entendem os motivos desta Defesa da Honra.-----

-----Uma última palavra para o PSD-Arganil e para a bancada que integro. Agradeço o apoio e solidariedade que me ofereceram, e fico honrado por pertencer a este grupo de pessoas que partilha não só uma visão de futuro para o concelho de Arganil, mas também um quadro de valores que integra princípios basilares como o respeito, a tolerância e a fraternidade. E porque acredito que a prática destes valores tenha norteadado não só a minha escolha, como de todos os meus demais colegas desta bancada, agradeço publicamente ao Partido Social Democrata e aos eleitores arganilenses a oportunidade de, através desta Assembleia Municipal, poder contribuir para a discussão dos problemas, mas principalmente das soluções para os problemas e desafios do concelho de Arganil. Muito obrigado.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que “a senhora deputada já não tem tempo. E depois há outro aspecto, pelo que a senhora deputada trouxe a esta Assembleia, ficámos a saber que neste momento há processos em curso de investigação, que estarão no segredo de justiça; a senhora disse que mandou à Polícia Judiciária e mandou a outras entidades, portanto penso que a partir deste momento o assunto não nos diz respeito, mas sim às entidades a quem remeteu o processo.”-----

-----Teve novamente a palavra a senhora deputada **Sandra Duarte** para dizer que “agradeço novamente esta oportunidade. Oh senhor deputado, já percebi que é muito sensível e tentou me emocionar, mas não me emocionou. Quero-lhe antes dizer que nunca declarei a legalidade como facto consumado nas redes sociais, aliás, está realmente lá a prova que eu coloquei as provas visíveis para todas as pessoas poderem ver.”-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia** interrompeu, dizendo “senhora deputada, se pediu a palavra para defesa da honra, diga em que é que foi ofendida, se faz favor.”-----

-----A senhora deputada **Sandra Duarte** referiu que “eu vou só informar, se me der licença, pois se me interromper, não vou conseguir e vamos atrasar a Assembleia. Referi dúvidas e possíveis inconformidades, motivo pelo qual enviei tudo para a tal averiguação oficial. E transparência não é ataque é responsabilidade. O senhor deputado veio para aqui falar da sua vida pessoal, que Arganil o conhece. Bom, se o conhece, ótimo, mas que é verdade que o senhor não está a cumprir os estatutos, que até disse que nem conhecia. Estando na direção, isso ainda é mais grave e relembro que o senhor como deputado que é aqui, tem que estar isento. O senhor pertence à direção na IPSS, aqui é



Assembleia Municipal

deputado tal como eu. Uma vez que o senhor não conhece os estatutos, vou-lhe só relembrar...”-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia** interrompeu novamente a senhora deputada e perguntou “em que é que se sentiu ofendida? Pediu a defesa da honra, faz favor de dizer em que é que foi agredida.”-----

-----A senhora deputada **Sandra Duarte** disse “foram as palavras que o Senhor deputado me dirigiu. De qualquer maneira, volto só a dizer o seguinte, se o senhor deputado, no papel de membro da direção da IPSS, não sabe os estatutos, então a IPSS está muito mal entregue. Obrigada.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Ana Sofia Antunes** para dizer que “venho hoje a esta tribuna para dar voz àqueles que, no dia a dia da nossa Serra do Açor, enfrentam o isolamento, a insegurança e o sentimento de abandono: os habitantes e visitantes da freguesia do Piódão.”-----

-----Quero falar da urgência da estrada Piódão – Vide: A situação da ligação entre Piódão, Chãs d'Égua, Foz d'Égua e Vide atingiu um limite crítico. Recentemente, fomos confrontados com uma derrocada severa à saída de Chãs d'Égua, provocada pelas intempéries, que criou uma verdadeira cratera na via. Esta não é apenas uma questão de conforto, é uma questão de sobrevivência económica e segurança civil. Não podemos aceitar que uma das "Aldeias Históricas" mais emblemáticas do país fique à mercê de remendos temporários sempre que a chuva cai com mais intensidade.”-----

-----Relativamente à Mobilidade Eléctrica, o Ponto de Carregamento Inacabado; é irónico que, enquanto o Governo e a Europa incentivam a transição energética para reduzir as emissões de CO2, o Piódão continue com um posto de carregamento eléctrico a meio. A obra foi iniciada, mas jaz abandonada há mais de três anos. Recebemos turistas de toda a Europa que se deslocam em veículos eléctricos e que hoje evitam a nossa aldeia pela incapacidade de carregamento.”-----

-----Pergunto à Câmara quando será concluída esta infra-estrutura fundamental para o turismo sustentável?-----

-----Nunca iremos esquecer de referir os problemas do Estacionamento e a Segurança Rodoviária.”-----

-----O Piódão sofre de uma asfixia crónica de lugares de estacionamento. É urgente planear soluções que não descaracterizem a aldeia, mas que permitam acolher quem nos visita com dignidade, já em tempos como deputada da assembleia de Freguesia sugeri um silo para colmatar essa lacuna.”-----

-----A Bancada Socialista exige com Urgência a instalação imediata de rails de proteção na estrada de acesso Vide – Piódão, onde o jovem Piodense Jorge perdeu a vida, passados quase dois anos desde o acidente, a ausência de rails de proteção naquela zona específica continua a ser uma negligência grave. O facto de a viatura ter caído 300 metros prova que qualquer despiste naquela via, sem barreiras físicas, é quase garantidamente fatal.. -----

-----Quantas vidas mais teremos de perder para que a segurança rodoviária nestas encostas seja tratada como prioridade absoluta?-----



Assembleia Municipal

-----Termino, apelando a este executivo para que passe das palavras aos actos. O Piódão não pode ser apenas um postal ilustrado para o Município de Arganil; tem de ser um lugar seguro para viver e visitar.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Patrícia Cordeiro** para referir que “é do conhecimento de todos os que acompanharam a anterior ordem de trabalhos, que uma parte substancial da documentação não nos foi disponibilizada a tempo de realizar uma análise cabal. Portanto, a questão que coloco aqui hoje é relativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, porque realizei essa análise já após a Assembleia. Não pretendo naturalmente, reabrir uma discussão de um documento que foi votado e aprovado, apenas e tão somente solicitar esclarecimentos relativamente à verba inscrita na página 47 referente à ETAR da Relvinha. E perguntar-me-ão porque é que esta matéria é relevante? É relevante porque os resultados das análises que nos foram facultados continuam a revelar situações de não conformidade. Porque está em causa água que contacta com os solos, onde os nossos munícipes cultivam produtos destinados ao consumo e porque tudo isto acontece num contexto em que a Zona Industrial da Relvinha tem uma taxa de ocupação muito abaixo daquilo que é a sua disponibilidade e do que é naturalmente desejável. E prevemos que esta situação acreditamos todos nós, entretanto deixe de acontecer. Portanto a urgência de debater este tema porque será um problema que ficará cada vez maior ao longo do tempo. Sabemos que o município interpôs mais uma sessão judicial contra o projectista. Também sabemos que os 700.000,00€ orçamentados não serão, por si só, suficientes para resolver estruturalmente o problema. Creio que estamos de acordo nessa matéria, mas enfim, o ano tem 365 dias. Executa-se o que o tempo nos permite executar, mas este conjunto particular de factores não contornáveis no imediato, impõe as seguintes questões, que aqui coloco: Que medidas estão a ser tomadas, designadamente em articulação com a Junta de Freguesia, no sentido de informar, proteger e se necessário, ressarcir os munícipes por eventuais contaminações dos seus solos? Qual a expectativa em termos temporais de resolução definitiva deste problema? E que ações foram tomadas no sentido de evitar que mais obras do município tenham que ser alvo de ações judiciais e que, simplesmente, comecem a correr bem. Senhor Presidente, estamos de acordo que estas coisas só acontecem a quem executa e a quem faz obra, mas dois milhões de euros é muito dinheiro para uma obra que contamina os solos dos nossos munícipes.-----

-----A nossa responsabilidade social, o respeito pelo dinheiro público e até o profissionalismo que nos pautam a todos aqui, impõe-nos questionar e reflectir sobre isto. O constrangimento está identificado? Está resolvido? Obrigada.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Vítor Almeida** para dizer que “vou ser o mais breve possível e uma vez que fui citado aqui, quero fazer um esclarecimento que acho que é importante. Antes de mais, quero reconhecer a importância da intervenção da nossa deputada Helena Dias, do Partido Socialista e do Rodrigo Oliveira, que levantaram duas questões que me parecem ser importantes. Uma é a questão daquilo que é o património histórico e cultural de Arganil, que acho que é um tema que não podemos esquecer. E a segunda, de facto, aquilo que tem a ver com a proteção Civil e a prevenção de catástrofes e intempéries. Gostava de esclarecer aqui também publicamente, até as redes sociais filmadas, etc que aquilo que eu disse referente ao Heliporto, não é num



Assembleia Municipal

aeroporto, é um Heliporto que vai ser construído junto ao Centro de Saúde, que aquela chaminé que está lá construída, em primeiro lugar não é património histórico classificado como tal, é uma chaminé industrial que pode trazer memória de facto às pessoas, eu sou sensível a isso, é uma questão relevante, mas a verdade e agora respondendo como médico que trabalha nos helicópteros há 25 anos, na região Centro e que implementou o Serviço Nocturno em Portugal, qualquer obstáculo coloca-nos em risco quando fazemos as missões. Portanto, aterrar no Heliporto, onde há uma chaminé, ou um fio de alta tensão ou um simples fio telefónico, pode colocar em risco a vida das pessoas e quando digo das pessoas, não é só das equipas como do próprio doente, que vai connosco. Portanto, a manutenção de uma chaminé que comprovadamente não tinha garantia de segurança, como já sabemos, iria custar dinheiro, que para mim isso é uma questão secundária, mas muito mais importante é que, de facto, isso poderia impedir executar o nosso trabalho com segurança, a missão de salvar vidas aqui em Arganil. Portanto, a construção do Centro de Saúde e do Heliporto é uma mais-valia. Além disso, temos outra notícia boa, o Serviço de Urgência Básico de Arganil com a nova especialidade de Medicina de Urgência e Emergência, implementada pela Ordem dos Médicos e o actual Governo. Finalmente algo estruturante. Esta nova especificidade vai ter como pólo formativo Arganil, ele vai formar médicos nesta área. São aqui notícias boas e importantes, não obstante esta questão de património, também importante. Tenho pena é que não tenha falado daquilo que verdadeiramente nos devia preocupar, que é património histórico, nomeadamente a Lomba do Canho. E por isso deixo a interpelação também ao executivo, como é que está o ponto de situação de reactivação da Lomba do Canho, do património histórico, que está esquecido e que nós, de facto, temos que reunir um bocado de esforços, todos nós aqui na Assembleia Municipal, para definir aquele património histórico que é fundamental e que é memória colectiva deste concelho e desta região. Penso ter respondido. Para finalizar a questão da Proteção Civil, penso que mais importante do que nós estarmos aqui a rever quem fez planos de proteção civil, embora seja importante estar sempre a actualizar-se e a rever as questões, há aqui outra questão que é importante: como é que nós podemos fomentar a resiliência da população, nomeadamente na área das comunicações? Eu estive em Leiria, fizemos reuniões com a Câmara Municipal e estivemos a ver como é que o Estado respondeu e de facto, aquilo que nós percebemos foi que aqueles municípios e freguesias que tinham comunicações de Sterling, funcionaram bem nesta situação, portanto, para além daquilo que a comunicação das freguesias que se tem que manter funcionante e daqui também reparei no elogio que foi feito à nossa vereadora, porque houve aqui o cuidado de proteger os mais vulneráveis. É importante, de facto, investir nessa área. Eu penso que a Câmara vai ter que trabalhar nisso, o Governo já disse que ia trabalhar nisso e portanto, eu tenho esperança que isso vai ser feito. Agora o que se pode fazer e acho que é sempre bom numa Câmara Municipal, e como sabem pertença a uma bancada do PSD mas o ano passado, alguém me chamou quase de carneirada aqui, mas não somos, porque nós temos alma e somos pessoas. Nós temos opiniões, somos pessoas bem formadas e, portanto, tudo o que seja contributo da oposição que possa melhorar a resiliência na região é sempre bem-vinda, como evidente. Portanto, crie-se o grupo de trabalho e convidem-se os membros da Assembleia Municipal que irão colaborar nisso, pois acho que são coisas que são positivas. Eu vejo isso com bons olhos. Agora há uma coisa que é clara, se há uma câmara municipal dos últimos anos, que tem mostrado competência



Assembleia Municipal

nesta área - e mais uma vez vimos nestas intempéries e mesmo nos fogos, que a Câmara Municipal tem trabalhado bem nesta área. Sei porque acompanhei no terreno também com eles, deixando aqui também elogios aos nossos bombeiros de Côja e de Arganil, que desta vez já estiveram nas cheias também como sabem, e gostava de deixar aqui um elogio público aos Bombeiros de Arganil e de Côja, que desta vez foram eles que foram socorrer e ajudar as pessoas, por exemplo, de Soure e daquela região. Portanto, esta ligação do Estado e das autarquias até funciona. Nem tudo está mal, nem tudo está perdido. Parece-me ser bom, todos colaborarmos e discutirmos as questões em conjunto. Agora há uma coisa que é clara, o planeamento macro é do Estado Central. Não podemos empurrar para cima das autarquias aquilo que são as especialidades do Estado Central. E eu espero que o estado central, a estrutura central, se mexa e que de facto nos defenda. Agora há outra coisa que também é clara, esta dos deputados do Partido Socialista, dizerem que por causa deles é que foi feito o alargamento da área da calamidade, atenção ao seguinte, eu estive em Leiria, vi outros concelhos e vi o que aconteceu aqui. É verdade que uma telha para um pode ser um sofrimento, há pessoas que de facto sofrem com isso, eu respeito isso, mas os danos que tivemos nestas intempéries claramente não são comparáveis com o que se passou nessas regiões. Não, não há comparação. Nós tivemos sorte, mas a sorte de hoje pode ser o azar amanhã, portanto nós temos que estar preparados para isso e trabalhar em conjunto nesse sentido.-----

-----Para finalizar gostava de dizer que tive pena de não ter podido estar na última Assembleia pois trabalhei com o Rui Dias, fui anestesista dele, e para além da tristeza que eu senti, também lembro os momentos muito divertidos que tive com ele, porque trabalhar com ele era divertidíssimo, no bloco operatório e custa-me ver que começamos esta Assembleia com um voto de pesar.-----

-----Alguém falou aqui muito bem na família, de nos respeitarmos uns aos outros, e depois vejo o descambar de uma Assembleia Municipal desta forma, desde bancadas a bater palmas, que não podem, pois estamos numa Assembleia Municipal, desde ataques pessoais que são indignos desde “violação de segredo de justiça”, até à necessidade de defesa da honra. Eu não me revejo nesta forma de estar numa Assembleia Municipal e peço a todos que escolham acima de tudo Arganil, que sejamos amigos uns dos outros e não estar com este tipo de discurso de ódio. Basta as redes sociais que estão minadas de ódio e esses ódios trazem guerra e trazem discordância. Portanto, peço a todos um pouco mais de moderação, por favor, obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **José Conde** para referir que “venho hoje dar voz a uma preocupação crescente dos nossos munícipes, que toca num ponto de dignidade humana fundamental, o estado de conservação e a capacidade do nosso cemitério municipal.-----

-----Em primeiro lugar quero referir o desleixo das infra-estruturas: É visível para qualquer visitante o estado de degradação dos muros, interiores e exteriores. Estamos a falar de falta de reboco, infiltrações, fissuras...uma imagem de absoluto abandono.-----

-----Em segundo lugar, a rotura de capacidade covatos e gavetas: Mais grave ainda é a situação de lotação esgotada, estamos perante um problema de saúde pública e planeamento urbano a falta de covatos disponíveis e a escassez de gavetas muito brevemente obrigam as famílias a soluções de recurso ou à ansiedade de não saberem



Assembleia Municipal

se haverá lugar para os seus ente-queridos no cemitério municipal. O cemitério municipal não é apenas um local de memória é Património Municipal.-----

-----Perante este cenário, pergunto ao executivo municipal:-----

---Existe algum plano urgente de reabilitação para as estruturas murárias do cemitério?---

---Para quando está prevista a ampliação do cemitério para a criação de novos covatos e gavetas?-----

---Já equacionaram a construção de um novo cemitério?-----

---Qual é a dotação orçamental prevista este ano para intervir na dignificação deste espaço?-----

-----Cuidar de quem já partiu é respeitar quem cá ficou, não podemos aceitar que o desleixo seja a palavra que define o cemitério da nossa terra.-----

-----Exigimos uma intervenção rápida, planeada e digna. Disse.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Idílio Correia**, Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, para referir que “eu não podia deixar de falar, depois de se ter falado no senhor deputado José Miguel. Uma pessoa que não era natural do Sarzedo, disponibiliza-se a trabalhar para as Associações da terra e eu lembro que não faz parte só do Centro Social e Paroquial do Sarzedo, colabora também na ARD Sarzedo na secção de ténis de mesa. Confirmo o que foi dito aqui, de todos os valores recebidos nas Assembleias Municipais são depositados na conta da Junta de Freguesia, o que demonstra o “desinteresse” com que trabalha para a sociedade. E lembro aqui uma coisa fundamental pela qual passámos há muito pouco tempo, mas acho que as pessoas todas se esquecem, eu fui das pessoas que quando começou a pandemia do COVID-19, pensou que a sociedade iria ter mais capacidade de união, de cooperação, por sentir que precisamos de todos e todos são bem-vindos para trabalhar, mas acho que se passa exactamente o contrário e toda a gente já se esqueceu do que foi essa altura. E lembro aqui o trabalho do enfermeiro José Miguel, que fez testes a todas as pessoas que tinham essa necessidade, comprados pela Junta de Freguesia, quando não havia testes em quase nenhum lado, a custo zero. E acho que a Assembleia Municipal tem tanto com que se preocupar, tanto para trabalhar e levantarmos um ataque pessoal sim, um ataque pessoal, que já bastava ser nas redes sociais, trazer à Assembleia um caso desses, acho que não tem muita lógica. E como disse o senhor deputado Vítor, acho que sim, que devemos todos pensar no que falamos, como falamos e da maneira como nos comportamos, no sítio onde estamos, pois a Assembleia Municipal não é um café, uma rua, é um sítio diferente e por isso temos de nos comportar de maneira mais sensata.-----

-----Relembro também o caso da Relvinha, que é uma preocupação da Junta de Freguesia e confirmo que é também uma preocupação da Câmara Municipal. Falamos nisto várias vezes. É um problema realmente para o Sarzedo, como eu já tenho dito em muitas situações, em conversas com o executivo da Câmara, a Zona Industrial é um investimento grande do município e é importante para o concelho. Mas o mal que a Zona Industrial deixa é exclusivamente para o Sarzedo e daí ser importante as suas soluções, mas não é por batermos mais vezes no problema que ele se resolve mais rápido. Temos de trabalhar todos em conjunto para isso, sim, e esperemos que o assunto tenha uma solução mais eficaz do que tem tido, e brevemente.-----

-----Já que se falou na Lomba do Canho, realmente é um assunto muito esquecido e toda a oposição se esqueceu desse património. E eu aproveitei estar a falar, não é costume eu



Assembleia Municipal

falar na Assembleia, para mais uma vez e aqui publicamente pedir ao Senhor Presidente que olhe para a Lomba do Canho e pense na proposta de que já falámos, de utilizar o projecto tipo de Foz d'Égua, da ponte pedonal, para ligar a Lomba do Canho ao Sarzedo e fazer um circuito pedonal. Podia ligar três zonas balneares, praias fluviais. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Jorge Neves** para dizer que “trago de novo o problema da água, neste caso em particular na aldeia de Monte Redondo, porque penso que não pode continuar a ter como única resposta da parte da câmara, a que foi dada na última Assembleia: vieram depois, têm de esperar! Estamos a falar de água canalizada que os habitantes têm em sua casa e já agora, os visitantes também, já que Arganil, e muito bem, quer promover-se como um destino turístico. Não é aceitável que se tenha transferido para o município, já há 9 anos, a responsabilidade pelo fornecimento da água e que, principalmente nos meses de Verão, ela continue a estar castanha, cheia de sedimentos, por falta de manutenção. Há coisas que se podem fazer para resolver o problema antes de obras profundas de remodelação do sistema que obviamente, depois deste tempo, já deviam ter sido realizadas.-----

-----O mesmo se passa com a manutenção das estradas florestais, muitas delas foram limpas a última vez graças ao fogo de 2017. Podemos contar com esse trabalho feito antes do Verão? Ou quando?-----

-----O outro ponto que não posso deixar de trazer, refere-se à reabilitação urgente da estrada, na freguesia de Folques, de acesso às aldeias do Salgueiro, Monte Redondo e ao cimo da serra. É, aliás, o itinerário possível para outros locais, como indica a sinalética, mas que, dado o mau estado da estrada, dificilmente é utilizado para esse fim, apesar da bela paisagem. Realizaram-se em Dezembro e estão previstas mais visitas de estudo com alunos de escolas do Agrupamento de Arganil e torna-se muito difícil fazê-lo nestas condições. O perigo de derrocadas na passagem de um veículo e o facto de serem acessos imprescindíveis para os habitantes das duas aldeias, são motivos suficientes para realizar com urgência as obras necessárias. Podemos contar com esse trabalho feito antes do Verão, ou vai ser mais um caminho perigoso a que nos teremos que habituar?”--

-----Teve a palavra a senhora deputada **Beatriz Seco** para referir que “não foi uma, nem duas pessoas que vieram falar sobre este assunto e eu acho que carece de algum esclarecimento. O reconhecimento de Arganil como concelho em situação de calamidade, é uma decisão do Governo tomada com base em critérios técnicos e legais e não um troféu de propaganda partidária. É ao Governo e às instituições do Estado e a todos os que trabalham no terreno que devemos em primeiro lugar, agradecer este enquadramento que permitirá apoiar muitos dos que sofreram danos. E agora pergunto, afinal, a quem aproveita transformar isto numa disputa do fomos nós, fomos nós, nas redes sociais de uma forma muito agressiva. Nesta retórica do fomos nós, fomos nós, eu acho que aproveita sinceramente apenas a quem prefere a fotografia nas redes sociais, à responsabilidade institucional. Insinuar que esta decisão só existe graças a um único partido, é um aproveitamento político e peço desculpa dizer isto, mas infantil, que desrespeita os arganilenses e menoriza o próprio funcionamento das instituições democráticas. E o que é que verdadeiramente importa para Arganil? Importa sim que estes mecanismos excepcionais se traduzam rapidamente em apoio para as famílias,



Assembleia Municipal

para as empresas, para as explorações agrícolas e para as infra-estruturas do concelho. Importa garantir transparência na identificação dos danos, rigor na aplicação dos recursos e acompanhamento próximo por parte desta Assembleia Municipal. Da parte do PSD, deixo aqui uma mensagem muito clara, estaremos onde sempre devemos estar ao lado das pessoas, a fiscalizar, muito importante, fiscalizar, a propor soluções e a colaborar com todas as entidades para que Arganil aproveite ao máximo este regime de excepção. Não estaremos em momento algum na corrida ao mérito fácil ou à exploração política de uma calamidade que tanto sofrimento causou.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Francisco Afonso** para referir que “antes de mais, solidarizar-me com as vítimas bem como com quem sofreu com estas intempéries, ao nível nacional e ao nível do nosso concelho, aos muitos que ficaram lesados com estas intempéries. No decurso das minhas deslocações frequentes pelo concelho, no que concerne o antes e o após as tempestades que nos têm vindo a assolar, tenho observado, com sentido de responsabilidade, múltiplas situações que condicionam a vivência quotidiana dos nossos munícipes e que, não raras vezes, comportam riscos potenciais para terceiros.”-----

-----Grande parte destas ocorrências dizem-nos serem comunicadas de forma informal a trabalhadores municipais, a responsáveis hierárquicos, presidentes de junta ou até mesmo ao Executivo, tal como ouvimos e bem aqui nos últimos discursos, trazidos pelo público, bem como pelos nossos deputados municipais.-----

-----É neste enquadramento que proponho a criação de uma plataforma municipal digital de reporte de ocorrências, um instrumento formal, parametrizado e transparente, que permita ao munícipe, registado através de chave móvel digital, submeter, de modo simples e georreferenciado, situações que careçam de intervenção municipal, ficando a cargo do município, assegurar a sua triagem técnica, encaminhamento de resposta objectiva e monitorização continuada.-----

-----Permitam-me, igualmente, retomar a proposta apresentada na última sessão relativa à criação de uma Gala de Mérito Desportivo em Arganil. É nesse intuito que pretendo saber como é que está essa ponderação, ou qual o ponto de situação dessa reflexão.

-----Reitero, nesse âmbito, a minha inteira disponibilidade para colaborar na elaboração do respectivo regulamento, definindo critérios rigorosos, categorias adequadas e procedimentos rigorosos, transparentes, que assegurem equidade e credibilidade ao processo. Muito obrigado!”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que “tentarei, dentro daquilo que é o tempo disponível dar resposta às questões que foram colocadas.”-----

-----Começando pela intervenção do senhor deputado José Miguel Marques dizer que, como também foi dito depois por outras pessoas, efectivamente tivemos desta vez a felicidade do nosso lado e aquilo que aconteceu no nosso território não tem rigorosamente nada a ver com aquilo que aconteceu noutras zonas aqui da Região Centro, particularmente no que se refere ao impacto da primeira depressão, a tempestade Kristin. Em concreto e respondendo às questões que deixou, do ponto de vista de levantamento de prejuízos públicos, temos o levantamento concluído. Houve um conjunto de intervenções mais simples, muitas dezenas de intervenções e nós tivemos quase 80 situações que aconteceram nestes dias no território. A sua grande maioria, mais de 60,



Assembleia Municipal

foram resolvidas quase de uma forma imediata pelos serviços municipais, mas há efectivamente um conjunto delas, uma dúzia e meia pouco mais, de situações mais complexas que constam de um levantamento que já fizemos e que estamos agora com os serviços técnicos a estimar, do ponto de vista do custo financeiro e do ponto de vista da exigência técnica que estas intervenções vão implicar. Refiro-me aqui àquilo que são os prejuízos públicos. Relativamente àquilo que tem a ver com eventuais situações particulares, que no nosso território, como disse há pouco, são poucas por via da felicidade que tivemos. Essas situações particulares, como está publicamente também difundido, devem ser reportadas directamente à CCDR. No portal próprio há um procedimento que está estabelecido depois de verificação relativamente aos estragos que aconteceram.

-----Sobre outro assunto também que aqui foi agora abordado pela Senhora deputada Beatriz Seco e que toca com várias intervenções que fui ouvindo ao longo desta sessão, acerca dos méritos e dos deméritos, eu queria apenas dizer que o Despacho dos Ministros que alargou o enquadramento do estado de calamidade, é do dia 24 de Fevereiro. A iniciativa dos deputados do Partido Socialista foi votada no dia 25. Tanto quanto sei, não está ainda regulamentada e, portanto, é uma questão de olhar para os factos e para as datas e tirarmos as devidas ilações. Agora também reconhecendo e sabendo que não conto com o reconhecimento da oposição relativamente a alguma intervenção que a minha pessoa possa ter feito para atingir este desiderato, peço à oposição pelo menos que o façam relativamente aos vossos camaradas de Tábua e de Oliveira do Hospital, cujo propósito e cuja reivindicação assisti fora das redes sociais e fora também dos jornais, mas assisti nas mesmas reuniões em que eu também participei e, portanto, talvez isto queira dizer alguma coisa. Sobre o Plano Municipal de Emergência, estamos a falar, como o Senhor Deputado Rodrigo Oliveira referiu, de um Plano que vem de 2016, 10 anos e 10 anos naquilo que tem a ver com a evolução é objectivamente um prazo curto. Ainda assim, estando um Plano inteiramente em vigor e era isso que eu queria aqui também reforçar, está também já em processo de revisão há cerca de um ano e, portanto, não é uma data muito distante. Haveremos de ter oportunidade de apreciar essa revisão, quer em sede de reunião de Câmara, quer aqui na Assembleia Municipal.---

-----Sobre a questão que deixou também sobre os incêndios de 2025 e a reposição dos estragos, aproveitar para informar que estes processos reconhecidamente são processos complexos que implicam não apenas vontades, mas também trabalho, trabalho sério, trabalho técnico, elaboração de candidaturas, avaliações, em resultado deste trabalho que temos vindo a fazer e que fizemos a seguir aos incêndios de Agosto de 2025. Muito recentemente, Arganil e os demais municípios foram notificados das aprovações das respectivas candidaturas e, portanto, contaremos com um pacote financeiro de quatro milhões e meio de euros para fazer a reposição, não da totalidade dos prejuízos públicos que sofremos com os incêndios de 2025, mas pelo menos daqueles que priorizámos. No fundo, o que quero dizer é que, infelizmente, a reconstrução não se faz com conversa, faz-se com trabalho e em relação ao trabalho, fizemos aquilo que devíamos fazer e os resultados são aqueles que acabei de referir. Estamos já em fase de projecto para as intervenções mais críticas, mais difíceis do ponto de vista técnico, mais exigentes do ponto de vista financeiro. E ainda durante este ano haveremos de ter estas intervenções pelo menos se não concluídas, porque estamos a falar de um volume de investimento muito significativo, mas se não estiverem concluídas, haverão de estar já a decorrer.-----



Assembleia Municipal

-----Em relação à intervenção do senhor deputado Christophe Coimbra, queria mesmo aproveitar para o felicitar e para o parabenizar pela clarividência da sua intervenção. Às vezes ficamos aqui com a ideia, é o que perpassa mesmo, que para alguns, parece que quanto pior melhor, nós fazemos parte daqueles que entende que para Arganil, quanto melhor, melhor e é para isso que trabalhamos e não temos razão nenhuma para entender que isto é demagogia. Antes pelo contrário, os factos estão à vista, só não vê quem não quer ou quem tem algum problema oftalmológico mais grave. Estamos, inequivocamente, no maior ciclo de investimento de sempre. Nunca o município beneficiou de um volume de investimento tão significativo como aquele que está a acontecer em áreas absolutamente críticas para o território e absolutamente decisivas para o futuro de Arganil e sabemos muito bem o caminho que fazemos. Não é um caminho que não tem o resultado do foguete, que se vê o barulho que faz na hora, não, é um trabalho de distância, de pensar o presente, mas principalmente antecipar o futuro. E sobre isso, sobre aquilo que é o caminho para vencer o futuro, não temos razão nenhuma para ter qualquer vergonha relativamente ao trabalho que fazemos. Antes pelo contrário, temos muito orgulho naquilo que tem sido a nossa capacidade de execução na construção do concelho, mas também seria injusto se não o reconhecesse e pude confirmá-lo no anterior mandato autárquico, que a qualidade do trabalho da governação tem também a ver com a qualidade do trabalho da oposição e tenho só a reconhecer o contributo, a contribuição positiva que a anterior oposição que tive na Câmara teve, para me ajudar ou para nos ajudar a construir o futuro do concelho de Arganil.-----

-----Sobre a intervenção da Senhora deputada Helena Dias, e começando pela história da chaminé, vou tentar explicar isto de uma forma muito simples e tenho a certeza que quem quiser perceber, percebe facilmente. Eu não sou engenheiro civil também não sou jurista, não sou especialista desta área, mas tenho competências mínimas para saber interpretar um relatório, aliás, são as competências que qualquer cidadão comum também terá e o relatório técnico, que é de uma entidade absolutamente insuspeita, é muito claro relativamente a esta matéria. Aquela chaminé, face aos estudos técnicos que foram desenvolvidos, que implicam cruzar o impacto do vento, o impacto de um eventual sismo e a própria questão do peso, aquela chaminé é incompatível com a vizinhança, em relação a um Serviço de Urgência Básico, como aquele que estamos ali a construir. Isto não é uma questão de vontades, não é uma questão de sonhos, é uma questão de realidade, porque se estivéssemos a falar de vontades, isso é absolutamente inequívoco, face à forma como o próprio projecto foi desenvolvido, que considera, aliás, a chaminé como um elemento central daquela edificação, se fosse uma questão de vontades, a chaminé manter-se-ia lá, mas do ponto de vista objectivo e do ponto de vista técnico, das duas uma, ou se ignorava aquilo que são as leis e a regulamentação aplicável relativamente a este tipo de equipamentos, e isso implica uma violação grosseira da legislação aplicável e, portanto, não seria certamente essa a pretensão que teriam relativamente à nossa decisão, ou então, pura e simplesmente, desistia-se do investimento e deixava-se lá ficar a chaminé. Portanto, como nem uma coisa nem outra faziam qualquer sentido, nem tinha qualquer lógica, foi tomada a decisão difícil de quem tem que governar com seriedade e com responsabilidade, que foi confrontarmo-nos com a realidade. Teve que ser demolida e, portanto, tudo o resto são uns fait divers, muito interessantes. Eu não tenho redes sociais, mas dizem que há uma grande animação nas redes sociais. É o que é. Do ponto de vista factual, do ponto de vista da regulamentação,



Assembleia Municipal

a decisão que tomámos era e foi aquela que estávamos obrigados a tomar. O Heliporto é um espaço que está previsto em projecto e é um processo em que estamos também a trabalhar do ponto de vista da respectiva legalização. É um processo tecnicamente complexo. Aliás, como o senhor deputado Vítor Almeida sabe muito melhor do que eu, há uma carrada de alegados heliportos por esses hospitais fora, no país, que não estão legalizados e, portanto, esse processo, esse caminho nós estamos a fazê-lo. Isso implica inclusivamente que estejamos já em articulação com a E-Redes para enterrar uma linha de média tensão que abastece a ETA da Alagoa, que neste momento é aérea. Estamos a fazer aquilo que temos a fazer quando se gere e se governa com responsabilidade. Sobre o Teatro Alves Coelho, que também foi questionado, dizer que, como já informei em tempos idos, submetemos uma candidatura, no âmbito da análise dessa candidatura, por parte do organismo intermédio, foram-nos colocados alguns esclarecimentos, esses esclarecimentos foram remetidos há sensivelmente semana e meia e, portanto, quero dizer em relação a este processo que estamos moderadamente optimistas.-----

-----Em relação às questões que foram também colocadas, o senhor deputado Guilherme Correia resolve falar aqui da deficiente resposta municipal como alinhamento para o estado em que se encontra a Estrada Nacional 342. E eu realmente acho, de facto, que é o melhor exemplo para falar ou para tentar arguir uma história, ou uma historieta, sobre a deficiente resposta municipal, que é a falta de intervenção numa estrada que não é municipal e, portanto, é de facto um bom exemplo. Tal como também é um bom exemplo este exercício dos 3 cm de água, numas instalações que são provisórias, quando o país todo esteve quase alagado. Portanto, este é de facto o grande problema do concelho, 3 cm de água numas instalações provisórias que, naturalmente causam transtorno, mas demonstra bem a leitura da realidade que existe às vezes na análise destas situações. Aproveitar para dizer que neste espaço está neste momento a decorrer uma das maiores intervenções em termos de investimento público ao nível da reabilitação da nossa rede escolar e neste caso da Escola Secundária de Arganil. Um investimento muito significativo na ordem dos cinco milhões de euros e que é a primeira grande intervenção de que este equipamento beneficia, depois da sua construção, há sensivelmente 40 anos.-----

-----Sobre a intervenção da senhora deputada Sandra Duarte, aquilo que eu posso constatar é que há um equívoco, pois o mandato dos senhores deputados municipais não é para fiscalizarem entidades terceiras e de fora. Isso é algo absolutamente persecutório e, portanto, não é esse o papel, não é essa competência do deputado municipal. Não, não pode fazer isso, não pode estar a solicitar ou vir fazer uma intervenção que objectivamente incide sobre aquilo que acontece numa entidade terceira e, portanto, não me parece sequer uma abordagem muito adequada, mas ainda assim foi aquela que entendeu fazer. Agora quero aqui manifestar a minha total solidariedade para com o deputado José Miguel Marques, porque, de facto, aquilo que aqui se ouviu não é abonatório para aquilo que deve acontecer numa Assembleia Municipal.-----

-----Sobre a intervenção da deputada Ana Sofia Antunes dizer-lhe que já agora, nesse roteiro que referiu, que é muito importante para o turismo, esqueceu-se de incluir também a parte da estrada que é absolutamente incontornável para o mesmo circuito, está, curiosamente, num município que é liderado pelo Partido Socialista e, portanto, chama-se no fundo aqui a crítica cirúrgica e ignorando aquilo que é a realidade. Mas nós estamos a falar objectivamente aqui de uma via que a Câmara de Arganil e a Câmara de Seia, conjuntamente, haverão de resolver, os problemas haverão de ser resolvidos. Alguém



Assembleia Municipal

aqui há pouco dizia que, de facto, aqui não é um espaço de cafetaria e, portanto, basicamente colocou a questão, eu estou a responder e vai ter que ouvir. Sobre aquilo que tem a ver com esta intervenção em concreto, nós estamos já a ultimar o projecto de execução, aliás, temos uma reunião para a próxima semana com a Câmara de Seia para revermos as soluções que estão a ser consideradas e haveremos de fazer esta intervenção. Sobre a abordagem que fez, sobre a alegada negligência grave, decorrente da falta de guardas metálicas, eu registo a sua intervenção nesta matéria como uma enorme falta de decoro. Aquela estrada não foi construída ontem, nem foi construída há 10 anos, nem sequer há 40 e, portanto, objectivamente as condições que aquela estrada tem sempre lá estiveram. Falar disso e de negligência grave, volto a dizer, é uma enorme falta de decoro e eu não posso pactuar com esse tipo de intervenção que não é compatível com aquilo que é a realidade. Portanto, acho que deve haver alguma razoabilidade também nas críticas que entendam fazer. Naturalmente que é o vosso papel, eu não conto com outra coisa, o vosso papel é criticar, mas acho que também deve haver aqui alguma razoabilidade e alguma seriedade intelectual, quando se fazem estes exercícios. Volto a dizer, aquela estrada não foi construída ontem, nem no último mandato, está lá há décadas.-----

-----Sobre a intervenção da Senhora deputada Patrícia Cordeiro quero aqui reconhecer o apontamento que faz sobre a antecipação ou no fundo sobre o prazo curto com o qual foram disponibilizados os documentos. Na realidade, boa parte desta documentação só foi aprovada na última reunião de Câmara, na segunda-feira, e foi no fundo aqui um exercício bastante apressado, chamemos-lhe assim, para incluir alguma documentação que é importante para aquilo que tem a ver com as dinâmicas do território, mas que volto a dizer, reconheço, devia ter sido disponibilizada com maior antecedência. Sobre a questão da verba, que está prevista em Orçamento para a ETAR da Relvinha, só lhe queria dizer uma coisa, se conseguirmos investir 700 mil euros em 2026, na reabilitação da ETAR da Relvinha, isso será um sucesso muito além daquilo que é a minha expectativa mais optimista na presente data e, portanto, nós estamos a falar de uma intervenção que, do ponto de vista de estimativa de projecto, andarà em cerca de três milhões de euros, processo este que não avança enquanto não tivermos os meios financeiros acautelados e portanto, e quero aqui também reconhecê-lo, dificilmente teremos capacidade face àquilo que é o conjunto de prazos processuais necessários para este desiderato, dificilmente teremos capacidade para em 2026 executar esses 700 mil euros. Naturalmente que estamos a falar aqui de um investimento plurianual e daí também a circunstância de pela própria designação, se perceber que ultrapassa aquilo que é a realidade do ano de 2026. Sobre aquilo que é a sua vontade e a minha também, de que as obras comecem a correr bem, infelizmente tenho aqui uma má notícia para lhe dar, a única forma das obras correrem bem é não se fazerem, e infelizmente ainda não consegui levar a efeito nenhuma e já construímos, já executámos muita coisa no concelho, mas ainda está para aparecer a primeira em que não tenha havido alguma surpresa, alguma dificuldade, algum problema para resolver e, portanto, como não é essa a nossa abordagem, sabemos por experiência própria que qualquer obra dá problemas, continuaremos a insistir, queremos ter muitos problemas, porque queremos fazer muitas obras. É essa a nossa política não apenas por uma questão de indicadores, mas objectivamente, porque estamos a contribuir para aquilo que é a necessária qualidade de



Assembleia Municipal

vida no concelho para aquilo que tem a ver com as condições de atractividade e fixação no nosso território.-----

-----Sobre a intervenção do senhor deputado Vítor Almeida, em relação à Lomba do Canho, dizer que continuamos a aguardar, apesar de já terem existido os pareceres todos favoráveis, nomeadamente da Comissão de Acompanhamento, estamos a aguardar que ao nível da Secretaria de Estado, seja entretanto publicado o Despacho de reclassificação para Monumento Nacional. Aliás, temos vindo a trabalhar, pois contrariamente àquilo que dizia há pouco o senhor Presidente da Junta de Sarzedo, a Lomba do Canho não está esquecida, antes pelo contrário, temos vindo a trabalhar muito neste processo. Temos um projecto que está em fase de conclusão e que queremos também candidatar, neste quadro comunitário de apoio, e que visa criar, por um lado, as condições de visita que dignifiquem de uma vez por todas, a Lomba do Canho, que nos permitam também ao mesmo tempo, relançar as explorações arqueológicas e que, no fundo, façam da Lomba do Canho finalmente, ao fim de se calhar 100 anos de vários atropelos que por ali aconteceram, desde a retirada das construções dos romanos, que estarão por aí nas paredes de alguns muros e de algumas casas, até mais recentemente com as construções desde logo de uma pista de Motocross numa zona classificada, que também deverá ter contribuído de forma significativa para a manutenção dos achados. Mas queria dizer-lhe que o nosso propósito é que, ao fim destes 100 anos, se consiga fazer a paz com aquele espaço e que se dê dignidade àquilo que é neste momento um imóvel de interesse público desde o final da década de 50, mas que é um espaço muito significativo do ponto de vista daquilo que é a herança histórica do nosso concelho e agradeço-lhe muito a intervenção que fez sobre esta matéria.-----

-----Em relação à intervenção do senhor deputado José Conde, reconhecer que o cemitério municipal, de facto, tem algumas contingências. Estamos com um processo a decorrer para executar algumas intervenções de reabilitação, mas também de ampliação, é efectivamente uma questão crítica aquela que referiu, da falta de espaço. Não há como não o reconhecer.-----

-----Sobre a intervenção do senhor deputado Jorge Neves, que trouxe novamente o assunto da água do Monte Redondo, como já assumi na anterior Assembleia, temos noção que há efectivamente uma debilidade grande neste sistema. Nós estamos a trabalhar para, no fundo, fazer um conjunto de intervenções nos sistemas ou nos subsistemas que estão em situação mais crítica, nestes pequenos subsistemas, que sendo pequenos, são de facto importantes do ponto de vista da garantia, da quantidade e da qualidade da água que é abastecida às pessoas. Sobre a questão da manutenção das estradas florestais, queria aproveitar para dizer e para informar que nestas intervenções, como todos haverão de reconhecer, as prioritárias são aquelas que incidem sobre o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Essas são aquelas que, naturalmente, até por serem uma obrigação legal, que merecem a nossa priorização. As outras que acontecem pontualmente decorrem depois, em virtude do planeamento que é feito com cada uma das Juntas de Freguesia. Fora daquilo que são as intervenções planificadas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, todas as demais decorrem de planificação das Juntas de Freguesia. São elas que conhecem a realidade de cada uma das suas freguesias e, portanto, esse acompanhamento e essa priorização é feita por cada uma das freguesias. Sobre a estrada do Salgueiro, sei tão bem quanto o senhor que



Assembleia Municipal

efectivamente temos ali um conjunto de problemas para resolver e estamos já a fazer projecto para fazer estas intervenções.-----

-----Em relação à intervenção da deputada Beatriz Seco, acho que já me pronunciei sobre o tema que abordou e portanto, não vale a pena estar a ser repetitivo.-----

-----Sobre a intervenção do senhor deputado Francisco Afonso dizer-lhe que a plataforma que referiu é uma plataforma que já existe, chama-se “A Minha Rua”. Temos essa forma de comunicação há muitos anos implementada no território. Para aquilo que tem a ver com prejuízos com estas características de que falei agora, é um trabalho naturalmente interno. Temos também uma plataforma interna que faz o registo e a georreferenciação de todas as intervenções ou de todos os danos que foram verificados, mas aqui trata-se efectivamente de trabalho interno. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rui Pedro Matos** para referir que “o único aspecto que eu quero aqui realçar como representante e deputado pelo partido do CHEGA, é que nós não somos uma oposição trauliteira, a nossa oposição é responsável e por isso nós fizemos chegar a Vossa Excelência um conjunto de questões e de sugestões para que o Senhor Presidente de Câmara tivesse conhecimento. A única coisa que eu quero aqui dizer é que, quando se falar em oposição, é importante referir qual oposição, pois há dois partidos e há uma Senhora Deputada independente. E é nesse sentido que eu apelo sempre a esta nova orgânica nesta Assembleia. Agradeço esta oportunidade, peço desculpa esperar pelo fim, mas estive a ouvir todas os senhores deputados, meus colegas, ouvi uns com mais interesse, outros com alguma satisfação, outros com menos satisfação, mas, no entanto, eu compreendo os vossos problemas e há algumas coisas que são importantes e direi claramente ainda bem que o Senhor Primeiro-Ministro resolveu estender o estado de calamidade a todo o continente para nós podermos beneficiar também de alguns apoios. Muito obrigado”.-----

ORDEM DO DIA

-----**PRIMEIRO: Tomada de Posse, como membro efectivo na Assembleia Municipal de Arganil, do senhor deputado da bancada do Partido Socialista, Francisco Rafael Gonçalves Afonso.**-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu a acta de tomada de posse do senhor deputado Francisco Rafael Gonçalves Afonso, que foi assinada no final, por ambos.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, aprovar a tomada de posse do senhor deputado da bancada do Partido Socialista, Francisco Rafael Gonçalves Afonso, como membro efectivo na Assembleia Municipal de Arganil.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----**SEGUNDO:** Apreciação e votação da **Acta nº 5/2025**, correspondente à primeira reunião de funcionamento realizada no dia 03 de Novembro e da **Acta nº 6/2025**, correspondente à sessão ordinária realizada no dia 20 de Dezembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, aprovar a acta nº 5/2025, correspondente à primeira reunião de funcionamento realizada no dia 03 de Novembro.-----

-----Deliberou ainda, por maioria, com uma abstenção e 33 votos a favor, aprovar a Acta nº 6/2025, correspondente à sessão ordinária realizada no dia 20 de Dezembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **José Conde** para dizer “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Camara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores (a) Presidentes Junta e Uniãos de Freguesias, Caras e Caros colegas deputados, Comunicação Social, Público presente:-----

-----Pedi a palavra em meu nome pessoal e da minha família, para agradecer profundamente o Voto de Pesar aprovado por esta Assembleia e o minuto de silêncio prestado em memória da minha esposa Natália Novais, a 20 de Dezembro de 2025.-----

-----A vossa demonstração de solidariedade institucional e pessoal, foi um conforto imenso para mim e para a nossa família. Num ambiente que é, por natureza, de debate político e, por vezes, de divergência, esta unanimidade no respeito e na humanidade, demonstra a elevação desta casa e o valor de cada um de vós.-----

-----Obrigado a todos do fundo do coração.-----

-----A Natália Novais jamais será esquecida. Muito obrigado.”-----

-----**TERCEIRO:** Apreciação e votação da **Proposta de Reestruturação Orgânica dos Serviços Municipais** - Alteração do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais do Município de Arganil, do Organograma e do Mapa de Pessoal – Proposta de Redefinição da Estrutura Organizacional do Município de Arganil - Proposta de Alteração do "Regulamento da Organização dos Serviços Municipais do Município de Arganil" e dos respectivos anexos I e II - Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal para o Ano de 2026 - Proposta de Novo "Mapa de Pessoal Ano 2026" - Proposta de Conformação e Operacionalização da Estrutura Organizacional.-----

-----Presente a informação INF/189/2026, bem como a Proposta em apreço, que se dão por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra, 8 abstenções e 25 votos a favor, e de acordo com a informação técnica INF/189/2026, aprovar a Proposta de Reestruturação Orgânica dos Serviços Municipais - Alteração do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais do Município de Arganil, do Organograma e do Mapa de Pessoal – Proposta de Redefinição da Estrutura Organizacional do Município de Arganil - Proposta de Alteração do "Regulamento da Organização dos Serviços Municipais do Município de Arganil" e dos respectivos anexos I e II - Proposta de



Assembleia Municipal

Alteração ao Mapa de Pessoal para o Ano de 2026 - Proposta de Novo "Mapa de Pessoal Ano 2026" - Proposta de Conformação e Operacionalização da Estrutura Organizacional.-

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----A senhora deputada **Sandra Duarte** apresentou a seguinte declaração de voto:-----

-----"Votei contra a presente proposta por considerar que uma reestruturação orgânica desta dimensão, com criação de chefias e alteração ao mapa de pessoal, deveria ser acompanhada de um quadro comparativo claro de impacto financeiro e racionalização efectiva de recursos.-----

-----Não questiono a necessidade de modernização administrativa. Questiono a ausência de demonstração objectiva do custo-benefício e da sustentabilidade desta alteração estrutural.-----

-----Por coerência com a posição assumida aquando da votação do Orçamento e por responsabilidade na gestão dos recursos públicos, voto contra".-----

-----**QUARTO:** Apreciação e votação da proposta do **Projecto de Alteração do Regulamento do Museu Municipal de Arganil**, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Presente a informação INF/67/2026, bem como a Proposta em apreço, que se dão por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/67/2026, aprovar a proposta do Projecto de Alteração do Regulamento do Museu Municipal de Arganil, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**QUINTO:** Apreciação e votação da proposta do **Projecto de Alteração do Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha**, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Presente a informação INF/197/2026, bem como a Proposta em apreço, que se dão por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para referir que "quero manifestar o meu total acordo com a proposta de alteração ao Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha, em particular na parte em que passa a ser possível acolher investimentos imobiliários destinados a posterior arrendamento a outras empresas.-----

-----Vejo nesta alteração várias vantagens muito claras. Desde logo, permite que empresas de menor dimensão, em início de actividade ou em fase de expansão, possam instalar-se através de contratos de arrendamento, solução muitas vezes mais acessível e menos arriscada do que financiar a construção de raiz das suas próprias instalações.-----



Assembleia Municipal

Digo-o também por experiência pessoal, porque quando na empresa onde trabalho quisemos alargar a actividade comercial da nossa empresa para outra zona do país, a solução que encontrámos foi precisamente o arrendamento de um armazém num parque comercial, o que tornou esse investimento possível e sustentável.-----

-----Em segundo lugar, a partir do momento em que este tipo de investimento imobiliário seja concretizado, o Município passa a contar, na prática, com mais um aliado activo na atração de empresas para o concelho: o próprio investidor do projecto, que terá todo o interesse em promover o parque e em captar novos ocupantes para os espaços disponíveis.-----

-----Acresce ainda um terceiro aspecto que considero também particularmente relevante: é muito provável que algumas das empresas que se venham a instalar inicialmente em regime de arrendamento, se consolidarem a sua actividade, optem no futuro por construir instalações próprias. Nessa altura, é natural que procurem permanecer na mesma área de acolhimento empresarial, onde já terão enraizada toda a sua operação, os seus trabalhadores e as suas rotinas logísticas. Esta dinâmica contribui para a estabilidade, para a fidelização ao território e para o crescimento sustentado do parque empresarial.----

-----Por tudo, mas em particular por isto, entendo que a alteração proposta é coerente com a estratégia de desenvolvimento económico do Município, aumenta a atractividade da Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha e cria condições mais competitivas para captar e fixar investimento e emprego qualificado em Arganil. Obrigado.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para referir que “quero começar por afirmar, de forma absolutamente clara, que tudo o que represente medidas concretas para atrair investimento, criar emprego e dinamizar a economia do nosso concelho merece o apoio da bancada do Partido Socialista. É por isso que votaremos favoravelmente esta proposta de alteração ao Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha.-----

-----Acreditamos que melhorar instrumentos regulamentares é importante. Mas não podemos ignorar a realidade dos factos.-----

-----Ao longo destes anos temos vindo a alertar para a ausência de uma estratégia estruturada e consistente de captação de empresas para o concelho. E essa ausência é hoje evidente nos resultados: passados vários anos, continuamos com apenas uma empresa instalada naquela zona industrial — empresa essa que já existia e que apenas mudou de localização.-----

-----Até hoje, não tivemos acesso a qualquer plano estratégico de captação de investimento. Não conhecemos um documento orientador com metas, sectores prioritários e públicos-alvo ou indicadores de desempenho. Também não assistimos a ações sistemáticas de promoção externa da área empresarial.-----

-----Pergunto concretamente:-----

---Onde está a divulgação em meios especializados, nacionais ou internacionais, que promovam esta área junto de investidores?-----

---Onde está a presença institucional do Município em feiras industriais, tecnológicas ou de empreendedorismo? A captação de investimento exige ir ao encontro das empresas — não esperar que elas apareçam.-----

---Onde estão os protocolos com institutos politécnicos, universidades ou incubadoras que possam atrair start-ups e talento qualificado?-----



Assembleia Municipal

---Onde está a aposta em soluções-chave-na-mão, como pavilhões industriais já construídos e infra-estruturados, prontos a receber empresas, modelo que vários concelhos do país utilizam com sucesso para reduzir barreiras à instalação?-----

-----Uma zona industrial não se afirma apenas com regulamentos aprovados. Afirma-se com estratégia, promoção activa, rede de contactos e acompanhamento permanente dos potenciais investidores.-----

-----É precisamente essa proatividade que sentimos não ter existido até agora. E o resultado está à vista.-----

-----Reitero: votamos a favor porque acreditamos que qualquer melhoria do regulamento é positiva. Mas votar favoravelmente não significa abdicar de exigir mais.-----

-----O concelho precisa de uma política activa de desenvolvimento económico. Precisa de metas claras. Precisa de um plano de ação.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para “sublinhar que uma das coisas que esta proposta traz, é precisamente uma resposta de espaços de “chave na mão” para o arrendamento simples e, portanto, é disso que estamos a falar e não temos nenhuma dúvida que se trata de uma solução crítica, que é importante por uma razão que o senhor deputado Christophe Coimbra também referiu e que é por demais óbvia, para quem estiver, de facto, a iniciar um projecto empresarial, um esforço de investimento em instalações novas, acaba por constituir inequivocamente um desincentivo e reconhecimento que não é qualquer um que avança à partida com um investimento que, no mínimo, só para espaço teria que representar algo na ordem de um milhão de euros, mesmo no lote mais pequeno e, portanto, efectivamente aquilo que estamos aqui a concretizar com esta alteração é, por um lado, abrir a possibilidade de termos espaços de arrendamento para empresas que pretendam ter uma solução imediata e ao mesmo tempo também minimizar este impacto financeiro de um investimento inicial e, por outro lado também, conformar aquilo que tem a ver com quem nos procura com as candidaturas que são apresentadas com soluções que sejam mais compagináveis com o nível de risco que todos estão disponíveis para correr. Portanto, corrigimos objectivamente duas situações ou damos novas respostas com esta alteração.-----

-----Sobre aqueles apontamentos que se inserem dentro daquilo que é a crítica partidária e que estamos habituados a receber, eu queria só aproveitar para dizer que temos todas as razões para afirmar, porque são os factos que o demonstram, que em matéria de estratégia em relação ao desenvolvimento do concelho, particularmente e inclusivamente estratégias de desenvolvimento, será difícil na história encontrarem alguém que se tenha arrojado e que tenha investido tanto para criar as condições que são objectivamente necessárias para atrairmos entidades, empresas, investimento e fixar pessoas no território e é uma questão de cruzarem aquilo que tem a ver com o investimento concretizado na Relvinha, com o investimento que estamos a realizar na área da Educação, com aquilo que está a acontecer nos equipamentos, que todos aqueles que estão no concelho e os que para cá venham necessitam, para poder apreciar de uma forma isenta aquilo que tem sido o nosso esforço nesta matéria. Depois, evocar a questão dos Protocolos, nomeadamente com as instituições académicas, quando eles até são públicos e foram aqui formalmente celebrados, acaba por ser aqui, se calhar um exercício, mas é um exercício legítimo de participação política. Muito obrigado.”-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção e 33 votos a favor, e de acordo com a informação técnica INF/197/2026, aprovar a proposta do Projecto de Alteração do Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Sandra Duarte** para dizer que “a proposta de alteração ao Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha reveste-se de inegável importância para o desenvolvimento económico do concelho, para a organização do espaço empresarial e para a salvaguarda do interesse público municipal.--

-----Reconheço a necessidade de regras claras, de mecanismos que previnam a especulação e de instrumentos que garantam a efectiva concretização dos projectos empresariais nos lotes disponibilizados pelo Município. O rigor, a previsibilidade e a responsabilidade são essenciais para uma gestão séria dos recursos públicos.-----

-----Contudo, a análise do regulamento evidencia também um conjunto de aspectos que merecem prudência, designadamente a intensidade do regime sancionatório, a rigidez de alguns mecanismos de reversão e a concentração de poderes decisórios no órgão executivo, matérias que, na sua aplicação prática, deverão ser acompanhadas com especial atenção para que não se transformem em factores de desincentivo ao investimento empresarial.-----

-----Entendo que o equilíbrio entre exigência e capacidade de atração de investimento é determinante para o futuro económico do concelho, devendo a aplicação deste regulamento ser pautada por proporcionalidade, bom senso e permanente avaliação dos seus efeitos reais.-----

-----Assim, por sentido de responsabilidade institucional, não querendo inviabilizar um instrumento que visa a organização e valorização da Área Empresarial, mas mantendo reservas quanto a alguns dos seus aspectos, abstenho-me na presente votação.”-----

-----**SEXTO: Apreciação e votação da proposta do Projecto de Alteração do Regulamento Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia**, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Presente a informação INF/190/2026, bem como a Proposta em apreço, que se dão por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/190/2026, aprovar a proposta do Projecto de Alteração do Regulamento Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----**SÉTIMO: Apreciação e votação da proposta do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental de 2025 e da 1ª Revisão Orçamental de 2026**, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL).-----

-----Presente a informação INF/154/2026, bem como a proposta em apreço, que se dão por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção, 9 votos contra e 24 votos a favor, e de acordo com a informação técnica INF/154/2026, aprovar a proposta do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental de 2025 e da 1ª Revisão Orçamental de 2026, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**OITAVO: Apreciação e votação da Segunda Adenda ao Contrato-Programa nº 31/2016**, celebrado com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Presente a informação INF/206/2026, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado por V.^a Ex.^a e considerando:-----

---O disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, cabe à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

---Que compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias e União de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

---Que o Contrato Programa 31/2016 foi aprovado sob proposta da Câmara Municipal em sua reunião de 14 de junho de 2016, com a deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão de 18 de junho de 2016, no montante de 21.000€ (vinte e um mil euros), com o objeto de "Prolongamento do Parque do Prado até à Foz da Ribeira da Mata".-----

---Que a 1ª Adenda ao Contrato Programa 31/2016 foi aprovada sob proposta da Câmara Municipal em sua reunião de 5 de junho de 2018, com a deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão de 16 de junho de 2018, com alteração do objeto para "Prolongamento do Parque do Prado até à Foz da Ribeira da Mata e Remodelação da Escadaria da Travessa da Forca".-----

-----Remete-se a V.^a Ex.^a para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido



Assembleia Municipal

anexo I, a minuta de 2ª adenda ao contrato programa n.º 31/2016 celebrado com a União de Freguesias de Coja e Barril do Alva.-----

-----Pretende-se com esta Adenda alterar o objeto do Contrato Programa 31/2016 para "Prolongamento do Parque do Prado até à Foz da Ribeira da Mata e reforço das calçadas da Esculca".-----

-----Assim, o objeto do Contrato Programa 31/2016 passa a ser o seguinte: Prolongamento do Parque do Prado até à Foz da Ribeira da Mata e reforço das calçadas da Esculca", com a comparticipação financeira de 21.000€ (vinte e um mil euros).-----

-----Anexo minuta da adenda ao contrato programa n.º 31/2016.-----

-----À consideração superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/206/2026, aprovar a Segunda Adenda ao Contrato-Programa nº 31/2016, celebrado com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**NONO:** Apreciação e votação de **Adenda ao Contrato-Programa nº 09/2025**, celebrado com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Presente a informação INF/207/2026, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado por V.ª Ex.ª e considerando:-----

---O disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, cabe à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

---Que compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias e Uniões de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

---Que o Contrato Programa 9/2025 foi aprovado sob proposta da Câmara Municipal em sua reunião de 11 de fevereiro de 2025, com a deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão de 22 de fevereiro de 2025, no montante de 32.000€ (trinta e dois mil euros), para apoio à realização do evento "Cerdeira ConVida" e à execução dos trabalhos de "Construção de muro de suporte na Portela da Cerdeira (Junto ao Parque Infantil); Reservatório de águas pluviais no local onde era o Centro de Recolha de Lixo entre a Mourísia e a Moura da Serra".-----

-----Remete-se a V.ª Ex.ª para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido



Assembleia Municipal

anexo I, a minuta de adenda ao contrato programa n.º 9/2025 celebrado com a União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra-----

-----Pretende-se com esta Adenda alterar o objeto do Contrato Programa 9/2025 para apoio à realização do evento "Cerdeira ConVida", e à execução dos trabalhos de "Construção de muro suporte, construção de valetas e calcetamento da área envolvente ao cemitério novo da Cerdeira; Reservatório de águas pluviais no local onde era o Centro de Recolha de Lixo entre a Mourísia e a Moura da Serra".-----

-----Anexo minuta da adenda ao contrato programa n.º 9/2025.-----

-----À consideração superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/207/2026, aprovar a Adenda ao Contrato-Programa nº 09/2025, celebrado com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----O Senhor Presidente propôs que os pontos décimo ao vigésimo terceiro fossem apreciados em conjunto, tendo todos concordado com a proposta.-----

-----Presente a informação INF/208/2026, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado por V.^a Ex.^a e considerando:-----

---O disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, cabe à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

---Que compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias e Uniãos de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Remete-se a V.^a Ex.^a para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, minuta do protocolo de cooperação (contrato programa) a celebrar com as Freguesias de Arganil, Benfeita, Celavisa, Folques, Piódão, Pomares, Pombeiro da Beira, S. Martinho da Cortiça, Sarzedo, Secarias, Uniãos de Freguesias de Cepos e Teixeira, Cerdeira e Moura da Serra, Côja e Barril de Alva e Vila Cova de Alva e Anceriz, com vista à comparticipação financeira na execução de diversos trabalhos, no valor que ascende a 329.050€ (trezentos e vinte e nove mil e cinquenta euros), destacando-se, pela sua importância, as seguintes:-----

-----Objeto e Valor das comparticipações:-----



Assembleia Municipal

- Freguesia de Arganil: Aquisição de Trator Cabinado; Requalificação do Jardim da Gândara, no cruzamento para o Vale da Nogueira; Requalificação do Largo junto à Capela de Torrozelas: 45.000€ (quarenta e cinco mil euros);-----
- Freguesia de Benfeita: Aquisição de Máquina Retroescavadora; Requalificação do Largo da Comissão de Melhoramentos em Monte Frio - 1ª fase: 27.500€ (vinte e sete mil e quinhentos euros);-----
- Freguesia de Celavisa: Beneficiação da Escola Primária de Celavisa: 12.500€ (doze mil e quinhentos euros);-----
- Freguesia de Folques: Calcetamento da Rua Padre José Lourenço Matos e parte da Rua Cristiano da Costa Gouveia em Folques - 1ª fase: 15.000€ (quinze mil euros);-----
- Freguesia de Piódão: Reparação de escadaria na Fórnea; Colocação de um sistema de drenagem de águas pluviais na Malhada Chã; Alargamento de via através do recuo e movimentação de muro em Malhada Chã; Reparação de caminhos degradados na aldeia do Tojo: 12.500€ (doze mil e quinhentos euros);-----
- Freguesia de Pomares: Construção das instalações, cobertura e paredes de um telheiro nos terrenos da Junta de Freguesia, para recolher a carrinha, trator e outras alfaias - 1ª fase; Cimentar a valeta que sai do cemitério até ao largo António Campos da Silva; Restauração do Miradouro de Santa Luzia à entrada de Pomares; Intervenções urgentes motivadas pelas várias tempestades (Desobstrução de valetas no Bairro do Torrão, Tapado do Pinheiro, Lameira e estrada Pomares - Avô; Reconstrução e construção de aquedutos e caixas de perda de pressão no Bairro do Torrão e respetivo acesso; Limpeza do barroco das Corgas e construção de novo aqueduto com tampa; Limpezas mecânicas em Sorgaçosa, Agroal, Espinho, Sobral Gordo e Soito da Ruiva, incluindo aplicação de tubos e limpeza de valetas; Reconstrução de aqueduto em Soito da Ruiva; Limpeza de detritos e desobstrução nas aldeias da freguesia com trator e máquina; Reparação de tubagem de abastecimento de água no cemitério de Sobral Magro devido a deslizamento de terras; Reparação de vala e instalação de caixa para tubo de luz em Sobral Magro; Limpezas e desobstruções em Sobral Magro, Corgas, Sorgaçosa, Tapado do Pinheiro e Pomares; Limpeza e desobstrução repetida do aqueduto junto à Fábrica de Confeções em Pomares; Reparação de calçada junto à antiga escola em Sorgaçosa): 28.000€ (vinte e oito mil euros);-----
- Freguesia de Pombeiro da Beira: Linhas de água nas localidades de Casal do Frade e Aveia, Murganheira e Salgueiral; Muro de sustentação na localidade de Servo: 40.000€ (quarenta mil euros);-----
- Freguesia de São Martinho da Cortiça: Reestruturação do rés do chão do Edifício do Centro Cultural incluindo salão polivalente, cozinha de apoio e sanitários/balneários - 2ª Fase: 22.500€ (vinte e dois mil e quinhentos euros);-----
- Freguesia de Sarzedo: Pavimentação do chão e laterais do Palco; Intervenção nas barraquinhas de mercado: 20.000€ (vinte mil euros);-----
- Freguesia de Secarias: Requalificação da Praia Fluvial da Cascalheira e colocação de areia; Requalificação do trilho da Peneda à central hidroelétrica de Rei de Moinhos: 12.500€ (doze mil e quinhentos euros);-----
- União de Freguesias de Cepos e Teixeira: Alargamento da Rua das Figueiras em Cepos; Tanque de apoio a combate de incêndios para meios aéreos: 15.000€ (quinze mil euros);-----



Assembleia Municipal

---União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra: Realização do evento Cerdeira ConVida; Reparação e construção de aquedutos em Cerdeira, Relva Velha, Casarias, Parrozelos; Cimentar Rua do Sabugueiro, em Casarias; Construção de acesso a mobilidade reduzida do Largo dos Parrozelos à Rua da Fonte Velha; Construção de muro de suporte ao cemitério novo da Cerdeira e 1ª fase de construção do Armazém de apoio à Junta de Freguesia: 20.000€ (vinte mil euros);-----

---União de Freguesias de Côja e Barril de Alva: Aquisição de uma viatura Citroen Berlingo para o serviço de águas (piquete); Realização do evento FAVA - Feira de Velharias; Empedramento das ruas em Esculca de Cima, ruas intervencionadas com tubagem de água entre o largo da Mocidade e o Iteiro; Melhoramentos na Rua Principal na localidade de Machorro; Melhoramentos no Largo e Rua Principal da Esculca e da Rua do Colaço no Barril do Alva; Requalificação do muro de suporte à estrada da aldeia do Salgueiral junto ao depósito da água: 46.050€ (quarenta e seis mil e cinquenta euros);-----

---União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anceriz: Requalificação da Rua Abílio Fernandes Dinis em Casal de S. João; Requalificação do recinto da escola de Anseriz: 12.500€ (doze mil e quinhentos euros).-----

-----Prazo de Vigência: Data da Assinatura do contrato até ao cumprimento das obrigações de ambas as partes;-----

-----Pagamento: Uma só prestação (100%), nas aquisições de viaturas/máquinas e na realização de eventos, até 30 dias após a apresentação da documentação comprovada da realização da despesa.-----

-----Duas Prestações, na execução de trabalhos de empreitada: 1.ª Prestação, no valor de 50%, até 30 (trinta) dias após a assinatura dos contratos e a 2.ª Prestação, no valor de 50%, aquando o cumprimento total do objeto dos contratos e apresentação da documentação comprovada da realização da despesa.-----

-----Prazo de cumprimento: Até ao final de 2026.-----

-----Incumprimento: A falta de cumprimento dos contratos implica a devolução dos montantes atribuídos;-----

-----Acompanhamento e controlo: O acompanhamento e controlo do cumprimento dos contratos é feito pela Câmara Municipal, assistindo-lhe o direito de fiscalizar as suas execuções.-----

-----Anexo minuta dos contratos programa, informações de cabimento e de compromisso.-----

-----À consideração superior,-----

-----**DÉCIMO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Arganil, - 1ª fase,** com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos a levar a efeito pela Freguesia, conforme previsto no respectivo Contrato-Programa, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/208/2026, aprovar a celebração do Contrato-Programa com a Freguesia de Arganil – 1ª fase, com vista a compartilhar financeiramente a Aquisição de Tractor Cabinado; Requalificação do Jardim da Gândara, no cruzamento para o Vale da Nogueira; Requalificação do Largo junto à Capela de Torrozelas, no valor de 45.000,00€, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO PRIMEIRO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Benfeita – 1ª fase**, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos a levar a efeito pela Freguesia, conforme previsto no respectivo Contrato-Programa, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/208/2026, aprovar a celebração do Contrato-Programa com a Freguesia de Benfeita – 1ª fase, com vista a compartilhar financeiramente a Aquisição de Máquina Retroescavadora; Requalificação do Largo da Comissão de Melhoramentos em Monte Frio - 1ª fase, no valor de 27.500,00€, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO SEGUNDO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Celavisa – 1ª fase**, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos a levar a efeito pela Freguesia, conforme previsto no respectivo Contrato-Programa, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/208/2026, aprovar a celebração do Contrato-Programa com a Freguesia de Celavisa - 1ª fase, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos de Beneficiação da Escola Primária de Celavisa, no valor de 12.500,00€, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO TERCEIRO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Folques – 1ª fase**, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos a levar a efeito pela Freguesia, conforme previsto no respectivo Contrato-Programa, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/208/2026, aprovar a celebração do Contrato-Programa com a Freguesia de Folques – 1ª fase, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos de Calçamento da Rua Padre José Lourenço Matos e parte da Rua Cristiano da Costa Gouveia em Folques - 1ª fase, no valor de 15.000,00€, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----**DÉCIMO QUARTO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Piódão – 1ª fase**, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos a levar a efeito pela Freguesia, conforme previsto no respectivo Contrato-Programa, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/208/2026, aprovar a celebração do Contrato-Programa com a Freguesia de Piódão – 1ª fase, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos de Reparação de escadaria na Fórnea; Colocação de um sistema de drenagem de águas pluviais na Malhada Chã; Alargamento de via através do recuo e movimentação de muro em Malhada Chã; Reparação de caminhos degradados na aldeia do Tojo, no valor de 12.500,00€, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO QUINTO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Pomares – 1ª fase**, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos a levar a efeito pela Freguesia, conforme previsto no respectivo Contrato-Programa, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/208/2026, aprovar a celebração do Contrato-Programa com a Freguesia de Pomares – 1ª fase, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos de Construção das instalações, cobertura e paredes de um telheiro nos terrenos da Junta de Freguesia, para recolher a carrinha, tractor e outras alfaias - 1ª fase; Cimentar a valeta que sai do cemitério até ao largo António Campos da Silva; Restauração do Miradouro de Santa Luzia à entrada de Pomares; Intervenções urgentes motivadas pelas várias tempestades (Desobstrução de valetas no Bairro do Torrão, Tapado do Pinheiro, Lameira e estrada Pomares - Avô; Reconstrução e construção de aquedutos e caixas de perda de pressão no Bairro do Torrão e respectivo acesso; Limpeza do barroco das Corgas e construção de novo aqueduto com tampa; Limpezas mecânicas em Sorgaçosa, Agroal, Espinho, Sobral Gordo e Soito da Ruiva, incluindo aplicação de tubos e limpeza de valetas; Reconstrução de aqueduto em Soito da Ruiva; Limpeza de detritos e desobstrução nas aldeias da freguesia com tractor e máquina; Reparação de tubagem de abastecimento de água no cemitério de Sobral Magro devido a deslizamento de terras; Reparação de vala e instalação de caixa para tubo de luz em Sobral Magro; Limpezas e desobstruções em Sobral Magro, Corgas, Sorgaçosa, Tapado do Pinheiro e Pomares; Limpeza e desobstrução repetida do aqueduto junto à Fábrica de Confeções em Pomares; Reparação de calçada junto à antiga escola em Sorgaçosa), no valor de 28.000,00, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----DÉCIMO SEXTO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Pombeiro da Beira – 1ª fase, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos a levar a efeito pela Freguesia, conforme previsto no respectivo Contrato-Programa, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/208/2026, aprovar a celebração do Contrato-Programa com a Freguesia de Pombeiro da Beira – 1ª fase, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos de Linhas de água nas localidades de Casal do Frade e Aveia, Murganheira e Salgueiral; Muro de sustentação na localidade de Servo, no valor de 40.000,00€, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----DÉCIMO SÉTIMO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça – 1ª fase, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos a levar a efeito pela Freguesia, conforme previsto no respectivo Contrato-Programa, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/208/2026, aprovar a celebração do Contrato-Programa com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça – 1ª fase, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos de Reestruturação do rés do chão do Edifício do Centro Cultural, incluindo salão polivalente, cozinha de apoio e sanitários/balneários - 2ª Fase, no valor de 22.500,00€, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----DÉCIMO OITAVO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Sarzedo – 1ª fase, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos a levar a efeito pela Freguesia, conforme previsto no respectivo Contrato-Programa, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/208/2026, aprovar a celebração do Contrato-Programa com a Freguesia de Sarzedo – 1ª fase, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos de Pavimentação do chão e laterais do palco; Intervenção nas barraquinhas de mercado, no valor de 20.000,00€, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----**DÉCIMO NONO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Secarias – 1ª fase**, com vista a participar financeiramente os trabalhos a levar a efeito pela Freguesia, conforme previsto no respectivo Contrato-Programa, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/208/2026, aprovar a celebração do Contrato-Programa com a Freguesia de Secarias – 1ª fase, com vista a participar financeiramente os trabalhos de Requalificação da Praia Fluvial da Cascalheira e colocação de areia; Requalificação do trilho da Peneda à central hidroeléctrica de Rei de Moinhos, no valor de 12.500,00€, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO: Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Cepos e Teixeira – 1ª fase**, com vista a participar financeiramente os trabalhos a levar a efeito pela Freguesia, conforme previsto no respectivo Contrato-Programa, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/208/2026, aprovar a celebração do Contrato-Programa com a União das Freguesias de Cepos e Teixeira – 1ª fase, com vista a participar financeiramente os trabalhos de Alargamento da Rua das Figueiras em Cepos; Tanque de apoio a combate de incêndios para meios aéreos, no valor de 15.000,00€, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO PRIMEIRO: Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra – 1ª fase**, com vista a participar financeiramente os trabalhos a levar a efeito pela Freguesia, conforme previsto no respectivo Contrato-Programa, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/208/2026, aprovar a celebração do Contrato-Programa com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra – 1ª fase, com vista a participar financeiramente os trabalhos de Realização do evento Cerdeira ConVida; Reparação e construção de aquedutos em Cerdeira, Relva Velha, Casarias, Parrozelos; Cimentar Rua do Sabugueiro, em Casarias; Construção de acesso a mobilidade reduzida do Largo dos Parrozelos à Rua da Fonte Velha; Construção de muro de suporte ao cemitério novo da Cerdeira e 1ª fase de construção do Armazém de apoio à Junta de Freguesia, no valor de 20.000,00€, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----**VIGÉSIMO SEGUNDO: Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva – 1ª fase**, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos a levar a efeito pela Freguesia, conforme previsto no respectivo Contrato-Programa, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/208/2026, aprovar a celebração do Contrato-Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva – 1ª fase, com vista a compartilhar financeiramente a Aquisição de uma viatura Citroen Berlingo para o serviço de águas (piquete); Realização do evento FAVA - Feira de Velharias; Empedramento das ruas em Esculca de Cima, ruas intervencionadas com tubagem de água entre o largo da Mocidade e o Iteiro; Melhoramentos na Rua Principal na localidade de Machorro; Melhoramentos no Largo e Rua Principal da Esculca e da Rua do Colaço no Barril do Alva; Requalificação do muro de suporte à estrada da aldeia do Salgueiral junto ao depósito da água, no valor de 46.050,00€, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO TERCEIRO: Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz – 1ª fase**, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos a levar a efeito pela Freguesia, conforme previsto no respectivo Contrato-Programa, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/208/2026, aprovar a celebração do Contrato-Programa com a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz – 1ª fase, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos de Requalificação da Rua Abílio Fernandes Dinis em Casal de S. João; Requalificação do recinto da escola de Anseriz, no valor de 12.500,00€, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO QUARTO: Para conhecimento** – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas – Compromissos Plurianuais; Pagamentos em Atraso; Recebimentos em Atraso - a 31 de Dezembro de 2025 (Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na actual redação).-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento das Declarações relativas aos Compromissos Plurianuais, Pagamentos em Atraso e Recebimentos em Atraso, reportadas a 31 de Dezembro de 2025 (Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na actual redação) – INF/44/2026.-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Sandra Duarte** para referir que “no âmbito da documentação disponibilizada de 92 páginas aos eleitos, relativa à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, verifiquei que, entre os elementos facultados, constam listagens com identificação nominal de consumidores, respectivas moradas e valores em dívida ao Município.-----

-----Tenho pleno conhecimento de que a documentação se encontra em ambiente digital restrito, acessível apenas mediante autenticação individual dos eleitos, no circuito institucional próprio, não estando em causa qualquer divulgação pública.-----

-----Quero igualmente deixar claro que não questiono o dever - legítimo e necessário - de prestação de informação financeira aos órgãos autárquicos, nem o acesso dos eleitos aos elementos relevantes para o exercício das suas funções de fiscalização.-----

-----Contudo, tratando-se de dados pessoais de natureza económica, importa assegurar o rigoroso cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, designadamente do princípio da minimização, que determina que apenas devem ser tratados e disponibilizados os dados estritamente necessários ao fim em causa.-----

-----Assim, a minha intervenção é estritamente técnica e preventiva.-----

-----Gostaria de saber se a disponibilização nominal destes dados foi objecto de validação pelo Encarregado de Proteção de Dados do Município e qual a base legal concreta considerada para a sua divulgação identificada, em vez de informação agregada. Muito obrigada.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para esclarecer que “a situação que a senhora deputada acabou de referir foi inclusivamente alertada na quinta-feira, pelo Senhor Presidente da Junta de Folques, no evento em que estivemos e foi através dessa conversa que tive conhecimento que a listagem tinha sido colocada de forma inadvertida e de forma incorrecta na documentação da Assembleia Municipal e, nesta mesma hora foi dada a indicação para ser retirada. Concordo, finalmente estamos de acordo em alguma coisa, que não deveria ter sido colocada e disponibilizada essa listagem, que logo que se teve conhecimento dessa sua disponibilização, foi retirada e, portanto, não sei se mais algum dos senhores deputados leu ou não essa listagem, mas se não o fez até quinta-feira, de quinta-feira em diante, de certeza que já não o fez.”-----

-----**VIGÉSIMO QUINTO: Para conhecimento** – Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 01 de Dezembro de 2025 e 31 de Janeiro de 2026, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 01 de Dezembro de 2025 e 31 de Janeiro de 2026, no âmbito da Autorização Prévia Genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (INF/209/2026).-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO SEXTO: Para conhecimento** – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da Situação Financeira do mesmo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Financeiro correspondente ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025 e de 01 a 31/01/2026 e do Relatório de Actividades, correspondente ao período de 01/12/2025 a 31/01/2026.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram doze horas e trinta minutos e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----
